UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES

PATRICIA MIDORI AIHARA NARUMI

ANALISANDO A QUALIDADE EDUCACIONAL: UM LEVANTAMENTO DE DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MOGI DAS CRUZES

Mogi das Cruzes, SP

Agosto de 2025

UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES

PATRICIA MIDORI AIHARA NARUMI

ANALISANDO A QUALIDADE EDUCACIONAL: UM LEVANTAMENTO DE DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MOGI DAS CRUZES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Mogi das Cruzes como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Realidade Regional: Qualidade de Vida e Dignidade Humana.

Professor Orientador: Professor Doutor Augusto Leal Rinaldi

Mogi das Cruzes, SP

Agosto de 2025

Ficha catalográfica
Universidade de Mogi das Cruzes - Biblioteca Central

Narumi, Patricia Midori Aihara
N237a Analisando a qualidade educacional: um levantamento de dados das escolas municipais de Mogi Das Cruzes / Patricia Midori Aihara Narumi. -- Mogi das Cruzes, SP: Universidade de Mogi das Cruzes, 2025.
75 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) -- Universidade de Mogi das Cruzes, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Augusto Leal Rinaldi.

1. Políticas Públicas Educacionais 2. Escolas Municipais 3. Desigualdades educacionais 4. Sistema de Avaliação da Educação Básica I. Rinaldi, Augusto Leal II. Universidade de Mogi das Cruzes III. Título.

CDD 379

Elaborada por Maria Cristina Alves Silva Xavier – CRB-8/10077

Tel.: (11) 4798-7000
0800 19 2001
www.umc.br

ATAS

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES

Às treze horas do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, pela Universidade de Mogi das Cruzes, realizou-se a defesa de dissertação intitulada "ANALISANDO A QUALIDADE EDUCACIONAL: UM LEVANTAMENTO DE DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MOGI DAS CRUZES" pelo(a) candidato(a) **Patrícia Midori Aihara Narumi**, para obtenção do grau de mestre em políticas públicas. Tendo sido o número de créditos alcançados por ele(a) no total de 36 (trinta e seis), a saber: 24 unidades de crédito em disciplinas de pós-graduação e 12 unidades de crédito no preparo da dissertação, o(a) aluno(a) perfaz assim os requisitos para obtenção do grau de mestre. A comissão examinadora estava constituída dos senhores professores doutores: Augusto Leal Rinaldi e Ricardo Sartorello da Universidade de Mogi das Cruzes e Laerte Apolinário Júnior da Pontifícia Universidade Católica (PUC), sob a presidência do primeiro, como orientador da dissertação. A sessão pública da defesa foi aberta pelo senhor presidente da comissão, tendo em seguida o(a) candidato(a) realizado a apresentação da dissertação. Concluída a apresentação, tiveram início as arguições pelos membros da comissão examinadora. A seguir a comissão, em sessão secreta, conforme julgamento discriminado por cada membro, considerou o(a) candidato(a).

Aprovada (aprovado(a) /reprovado(a)) por Unanimidade (unanimidade/maioria)

Mogi das Cruzes, 27 de agosto de 2025.

Comissão Examinadora	Julgamento
Prof. Dr. Ricardo Sartorello	Aprovada (aprovado(a)/reprovado(a))
Prof. Dr. Laerte Apolinário Júnior	Aprovada (aprovado(a)/reprovado(a))
Prof. Dr. Augusto Leal Rinaldi	Aprovada (aprovado(a)/reprovado(a))

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes (PMMC) pela idealização do Projeto de Desigualdades e pela realização do processo seletivo que possibilitou minha participação nesta iniciativa.

Ao Instituto Tide Setúbal, pelo apoio financeiro por meio das bolsas de estudo, sem o qual este trabalho não teria sido possível, e à Universidade de Mogi das Cruzes (UMC) por acolher o projeto e oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento da pesquisa e a formação acadêmica das alunas participantes.

Expresso minha gratidão aos professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, em especial ao Professor Augusto Leal Rinaldi, pela orientação, paciência, ensinamentos e contribuições valiosas ao longo de toda a trajetória, a Professora Tatiana Melo e Professor Ricardo Sartorello (que me ensinou com tanto carinho a fazer os mapas) pela confiança, dedicação e respeito.

Agradeço também aos colegas de sala de aula (quase uma 5ª série) pelos momentos felizes que tornaram essa caminhada muito mais leve e divertida e pela parceria e apoio nos momentos desesperadores. Eligiane e Érica, parceiras de virar a noite em reuniões, para juntas darmos conta dos estudos, muito obrigada, vocês foram essenciais nesta trajetória.

À diretora e grande amiga Cláudia Márcia, pelo incentivo constante e por acreditar em meu potencial, muitas vezes mais do que eu mesma. Estendo minha gratidão às amigas Célia e Adriana, sempre presentes com palavras de apoio e carinho ao longo desta jornada.

Aos meus filhos, Vinícius, Henrique e Murilo, pela compreensão e paciência em tantos momentos em que precisei trocar a companhia de vocês pelas horas dedicadas aos estudos. Aos meus pais, por me ensinarem a acreditar em meus sonhos e a lutar para realizá-los.

E, de forma muito especial, ao meu marido Gilberto, pelo amor incondicional, pelo apoio em todos os momentos, pela paciência nos dias difíceis e pelo cuidado físico e emocional, que foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui.

Por fim, a todos que, de diferentes formas, contribuíram com palavras de motivação, gestos de carinho ou apoio silencioso, deixo meu mais sincero reconhecimento e gratidão.

Deus, muito obrigada por tudo e por tanto!

RESUMO

Combater as desigualdades educacionais representa um dos principais desafios para a garantia de um ensino de qualidade e equitativo no Brasil. Embora políticas públicas educacionais sejam implementadas para mitigar essas disparidades, fatores como o nível socioeconômico dos estudantes, a infraestrutura das escolas, o tamanho das turmas e o acesso a recursos pedagógicos continuam impactando diretamente o aprendizado e contribuindo para diferenças significativas no desempenho escolar. Diante desse cenário, este trabalho apresenta um estudo das principais políticas públicas educacionais e os fatores que influenciam o desempenho escolar e tem como objetivos mapear as escolas participantes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) nos anos de 2021 e 2023 e realizar um diagnóstico a respeito da desigualdade educacional no município de Mogi das Cruzes. O mapeamento foi feito por bairros, coletar e sistematizar dados educacionais, como o desempenho no IDEB, número de matrículas, média de alunos por turma, nível socioeconômico (INSE) e valores de financiamento recebidos. Busca-se, também, analisar as relações desses fatores com o alcance das metas educacionais estabelecidas em nível federal, estadual e municipal. A pesquisa utiliza uma metodologia quantitativa fundamentada em análise estatística descritiva e na construção de mapas temáticos por meio da plataforma QGIS, permitindo a visualização espacial das variáveis investigadas. Os dados foram obtidos em fontes oficiais, como o INEP, o PDDEinfo, o Sistema de Gestão Educacional (SGE) e o portal GeoMogi, abrangendo os anos de 2021 e 2023. Os resultados apontam a existência de desigualdades significativas entre os bairros, tanto em relação ao desempenho escolar quanto à distribuição de recursos e indicadores estruturais. Enquanto algumas regiões apresentaram bom desempenho no IDEB e melhores condições socioeconômicas, outras, especialmente áreas rurais e periféricas, registraram notas abaixo das metas, mesmo contando com turmas menores ou recebendo recursos específicos, como o PDDE Estrutura. O estudo reforça a necessidade de políticas públicas que considerem as particularidades territoriais e ampliem a equidade educacional. Além disso, o trabalho contribui para a construção de um Índice de Desigualdade Educacional, integrado ao Projeto de Desigualdades da Prefeitura de Mogi das Cruzes, em parceria com o Instituto Tide Setúbal que financiou a bolsa deste estudo na Universidade de Mogi das Cruzes, visando subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes para o município na área de educação.

Palavras chaves: políticas públicas educacionais, desigualdades educacionais, IDEB, SAEB

ABSTRACT

Combating educational inequalities represents one of the main challenges for ensuring quality and equitable education in Brazil. Although public education policies are implemented to mitigate these disparities, factors such as students' socioeconomic status, school infrastructure, class size, and access to pedagogical resources continue to directly impact learning, contributing to significant differences in academic performance. Given this scenario, this paper presented a study of the main public education policies and the factors that influence academic performance. The study aimed to map the schools participating in the Basic Education Assessment System (SAEB) in 2021 and 2023, by neighborhood. It also collected and systematized educational data, such as IDEB performance, enrollment numbers, average number of students per class, socioeconomic status (INSE), and funding amounts received. It also analyzed the possible relationships of these factors with the achievement of educational goals established at the federal, state, and municipal levels. The research used a quantitative methodology, based on descriptive statistical analysis and the construction of thematic maps through the QGIS platform, allowing the spatial visualization of the investigated variables. The data were obtained from official sources, such as INEP, PDDEinfo, the Educational Management System (SGE), and the GeoMogi portal, covering the years 2021 and 2023. The results highlighted significant inequalities between neighborhoods, both in terms of academic performance and the distribution of resources and structural indicators. While some regions performed well in the IDEB and enjoyed better socioeconomic conditions, others, especially rural and peripheral areas, scored below targets, even with smaller class sizes or receiving specific resources, such as the PDDE Estrutura. The study reinforces the need for public policies that consider territorial specificities and expand educational equity. Furthermore, the work contributed to the development of an Educational Inequality Index, integrated with the Tide Setúbal Institute's Inequalities Project, aiming to support the formulation of more effective public policies for the municipality.

Keywords: public educational policies, educational inequalities, IDEB, SAEB

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Gráfico da Evolução das metas IDEB do Brasil	**2**4
Gráfico 2	Gráfico Evolução das metas IDEB do Estado de São Paulo	**2**5
Gráfico 3	Gráfico Evolução das metas IDEB do Município de Mogi das Cruzes	**2**6
Mapa 1	Mapa de distribuição das escolas por bairros	**3**6
Mapa 2	Mapa de calor do IDEB por bairros (2021)	**3**8
Mapa 3	Mapa de calor do IDEB por bairros (2023)	**38**
Mapa 4	Mapa de calor do financiamento educacional (2021)	**40**
Mapa 6	Mapa de calor do financiamento educacional (2023)	**40**
Mapa 7	Mapa de calor da média do número de matrículas em 2021	**41**
Mapa 8	Mapa de calor da média do número de matrículas em 2023	**41**
Mapa 9	Mapa de calor da média de alunos por turma em 2021	**42**
Mapa 10	Mapa de calor da média de alunos por turma em 2023	**42**
Mapa 11	Mapa de calor do INSE em 2021	**43**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Forma de Cálculo dos Valores dos Repasses do PDDE Básico às escolas **28**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
CNCA	Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNODS	Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
DAEB	Diretoria de Avaliação da Educação Básica
DEPED	Departamento Pedagógico
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSE	Indicador de Nível Sócio Econômico
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SME	Secretaria Municipal de Educação
UEx	Unidade Executora
UMC	Universidade de Mogi das Cruzes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VAAR	Valor aluno/ano por resultado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **11**

2 CAPÍTULO 1 - Políticas Educacionais e o Sistema de Avaliação da Educação Básica **17**

2.1 - A Educação como Direito Global: Agenda 2030, ODS 4 e Avaliação Internacional **17**

2.2 - A Legislação Educacional Brasileira como Estrutura das Políticas Públicas de Educação **19**

3 CAPÍTULO 2 - Fatores que influenciam na aprendizagem e atuação do financiamento da educação básica no combate às desigualdades **28**

3.1 Financiamento da educação básica **31**

4 CAPÍTULO 3 - Qualidade da educação em Mogi das Cruzes **34**

4.3.1 Mapeamento e análise dos dados educacionais de Mogi das Cruzes **36**

5 CONCLUSÃO **47**

REFERÊNCIAS **48**

ANEXO A– Autorização para coleta e levantamento de dados das Escolas Municipais de Mogi das Cruzes **54**

ANEXO B– Metas do Plano Nacional de Educação (PNE) **56**

ANEXO C – Descrição dos níveis socioeconômicos dos estudantes – INSE do SAEB (2021) **61**

APÊNDICE A – Relação dos Bairros e Escolas correspondentes ao Mapa 1 ..... **63**

APÊNDICE B - Tabelas com Indicadores Educacionais do Município 2021 e 2023 ..... **68**

1 INTRODUÇÃO

Combater as desigualdades educacionais no Brasil é um grande desafio. O enfrentamento das desigualdades é um dos eixos centrais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, pactuada pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. No Brasil, a Agenda 2030 foi reafirmada em 2023, com a recriação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), reforçando a necessidade de políticas públicas que enfrentem as desigualdades regionais e garantam uma educação de qualidade em todos os territórios (IPEA, 2024).

A Agenda 30 é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre os quais destaca-se o ODS 4, que busca "assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" (ONU, 2015).

Ir em busca da qualidade da educação em um país tão desigual como o Brasil é uma tarefa que implica enfrentar desafios que envolvem questões estruturais, históricas e socioeconômicas que impactam diretamente na aprendizagem dos alunos (Melo, 2020).

As políticas públicas educacionais desempenham um papel fundamental na promoção da qualidade e equidade no ensino fundamental, sobretudo no enfrentamento das desigualdades educacionais no Brasil. A Constituição Federal (1988), em seus artigos 205 e 206, estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, fundamentando-se em princípios como a igualdade de condições para acesso e permanência na escola e a garantia de um padrão de qualidade. O art. 214 orienta a implementação de políticas públicas educacionais que buscam garantir o acesso universal à educação e promover a equidade entre os diferentes segmentos da população (BRASIL, 1988).

Atendendo ao disposto da Constituição Federal, em 2014, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação no país, foi aprovado pela Lei 13.005/2014 o Plano Nacional de Educação (PNE) que, com 10 diretrizes e 20 metas, configura-se como um dos principais instrumentos das políticas educacionais brasileiras para o decênio de 2014 a 2024 (BRASIL, 2014).

Elaborar um plano de educação no Brasil, hoje, implica assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação de desigualdades que são históricas no país (Oliveira, 2019), de como dar condições para que todos tenham acesso e permanência à educação, a uma qualidade no ensino e valorização dos profissionais da educação (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, as diretrizes e metas do PNE configuram-se como instrumentos essenciais para a promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa. A implementação de ações e estratégias voltadas para a equidade, torna-se fundamental para enfrentar os desafios impostos pelas desigualdades educacionais no contexto brasileiro (BRASIL, 2014). No entanto, para analisar os resultados do desempenho escolar dos alunos, especialmente em relação ao cumprimento das metas estabelecidas, é fundamental compreender os fatores que influenciam a aprendizagem. Diversos estudos destacam uma série de elementos determinantes para o desempenho dos alunos. Segundo Moll (2017), o avanço da escolaridade está diretamente ligado às condições de vida da população. Rodrigues (2016) associa o nível socioeconômico com o desempenho dos estudantes e, outros autores, indicam que a infraestrutura e a complexidade da escola também estão associadas ao desempenho cognitivo (Soares; Collares, 2006). Crahay (2007) aponta que a média de alunos por turma é um fator que impacta as condições de trabalho nas escolas, onde turmas maiores tendem a prejudicar o desempenho dos alunos.

Diante disso, políticas públicas eficazes que não apenas promovam a melhoria da qualidade do ensino, mas também considerem os fatores sociais e estruturais que impactam diretamente a aprendizagem e que incluam uma ampla articulação entre os entes federativos são primordiais para melhorar e diminuir as desigualdades educacionais no país.

Dentro desse contexto, este trabalho tem como tema o estudo das políticas educacionais no Brasil, com enfoque na busca por qualidade e equidade no ensino fundamental, especialmente nas políticas relacionadas ao cumprimento das metas e diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE). A busca pela equidade na educação exige não apenas a igualdade de condições formais, mas também a superação das desigualdades de desempenho entre grupos sociais distintos, permitindo que todos os alunos atinjam seu pleno potencial (Soares; Delgado, 2016)

O objeto da pesquisa é investigar as desigualdades educacionais no município de Mogi das Cruzes e verificar a relação do desempenho escolar com o nível socioeconômico, a complexidade escolar e o financiamento educacional, mapeando os resultados por bairros do município. Esse enfoque permitirá não apenas compreender as disparidades existentes, mas também identificar áreas que demandam maior atenção e investimento. Além disso, os resultados obtidos poderão subsidiar a formulação e aprimoramento de políticas públicas voltadas à promoção da equidade educacional, contribuindo para o fortalecimento da qualidade e da inclusão no sistema de ensino municipal.

Ao final deste trabalho pretendeu-se responder às seguintes perguntas:

- Como está a qualidade das escolas municipais dos anos iniciais de Mogi das Cruzes em relação às metas educacionais estabelecidas pelo INEP?
- Quais desigualdades educacionais podem ser identificadas no município e em quais bairros elas se concentram?
- De que forma fatores como nível socioeconômico, número de matrículas, média de alunos por turma e financiamento escolar estão relacionados aos resultados educacionais em Mogi das Cruzes?

Para responder a essas questões norteadoras, este trabalho tem como objetivo geral realizar um diagnóstico sobre a qualidade e desigualdades educacionais nas escolas municipais de ensino fundamental de Mogi das Cruzes, com foco nos anos iniciais, que participaram do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 2021 e 2023. Os objetivos específicos incluem: i) mapear as escolas municipais de Mogi das Cruzes considerando sua localização geográfica (por bairros); ii) coletar dados do desempenho no SAEB de 2021 e 2023, das dimensões de acesso (número de matrículas por unidade escolar, da média de alunos por turma), do nível socioeconômico dos alunos e do financiamento educacional; iii) analisar e avaliar a relação entre os dados coletados e o nível de aprendizagem dos alunos do ensino fundamental em relação às metas federal, estadual e municipal, com foco nos anos iniciais, identificando possíveis disparidades e áreas que demandam maior atenção.

O presente estudo adota a abordagem quantitativa-qualitativa, fundamentada na coleta e análise de dados secundários relacionados à educação pública no município de Mogi das Cruzes. Os dados foram organizados em planilhas e submetidos a cálculos de média aritmética simples, possibilitando a identificação de padrões. Para a interpretação dos resultados, empregou-se a análise estatística descritiva, a qual permitiu sintetizar e descrever as variáveis estudadas, buscando identificar padrões territoriais, possíveis relações entre variáveis e indícios de desigualdades educacionais no contexto municipal.

Essa abordagem combina a visualização espacial com a análise dos dados quantitativos coletados, possibilitando um entendimento mais amplo das dinâmicas educacionais no território.

Para a realização da pesquisa foram selecionadas apenas as escolas que participaram do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) nos anos de 2021 e 2023, requisito essencial para a obtenção dos dados oficiais e assegurar a confiabilidade das informações.

Em 2021, participaram 55 escolas localizadas em 46 bairros, enquanto em 2023 o número aumentou para 67 escolas distribuídas em 51 bairros, totalizando 54 bairros nos dois anos.

Os dados secundários foram coletados através de fontes oficiais. As informações sobre o nome das escolas municipais, bem como o número de matrículas em cada unidade, foram obtidas por meio do Sistema de Gestão Educacional (SGE) da Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes, mediante autorização expedida pela Secretária Adjunta de Educação (Apêndice A).

A localização geográfica das escolas e o nome dos bairros, conforme o Plano Diretor do Município (2019), foram extraídos do portal GeoMogi, plataforma oficial de informações territoriais. O Plano Diretor apresentou a divisão geográfica oficial e permitiu identificar 107 bairros, organizados em 10 distritos principais e 1 distrito sede, o que garantiu a correspondência entre as delimitações territoriais e os dados educacionais analisados.

Os resultados do IDEB, o INSE e a média de alunos por turma foram obtidos no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os valores referentes ao financiamento educacional destinado às escolas públicas referentes ao repasse dos recursos do Fundo Nacional de Educação (FNDE), de cada escola, para o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e das Ações Integradas através dos programas e ações agregadas foram consultados no sistema PDDEinfo, acessado por meio do número do INEP de cada unidade escolar.

Para a análise dos resultados, elaboraram-se mapas de calor utilizando a plataforma QGIS, a partir da sobreposição dos dados coletados com a base cartográfica oficial do município. As classes de valores representadas nos mapas foram definidas conforme os intervalos pertinentes a cada indicador. No caso do IDEB, os intervalos respeitaram as metas estipuladas pelo INEP, diferenciando as escolas que atingiram apenas a meta federal, as que alcançaram as metas estadual e municipal e aquelas que não atingiram nenhuma meta. Para as demais variáveis, foram definidas faixas de valores que permitissem a comparação e as variações entre os bairros quanto ao desempenho no IDEB, ao número de matrículas, à média de alunos por turma, ao INSE e aos valores de financiamento escolar.

Nos mapas, as áreas localizadas em bairros sem participação no SAEB ou com ausência de escolas foram representadas em uma categoria específica denominada “sem dados”, para evitar distorções na interpretação dos mapas. A análise dos mapas foi conduzida de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar padrões territoriais, possíveis relações entre variáveis e indícios de desigualdades educacionais no município. Essa abordagem combinou a visualização espacial com a análise dos dados quantitativos coletados, possibilitando um entendimento mais amplo das dinâmicas educacionais no território.

Foram elaboradas planilhas do Excel para tabulação (apêndice B e apêndice C) e tratamento dos dados, utilizando medidas de tendência central (média) e frequência relativa (percentuais). Essa abordagem permitiu resumir as informações essenciais de cada variável (IDEB, número de matrículas, média de alunos por turma, INSE e valores de financiamento) e identificar padrões gerais e variações significativas entre os bairros do município.

Além da representação gráfica, foram realizadas análises comparativas entre os dados dos anos de 2021 e 2023, permitindo avaliar variações e possíveis mudanças no cenário educacional municipal.

A partir da aplicação do método descrito, foi possível sistematizar e analisar os dados referentes à qualidade da educação em Mogi das Cruzes. Os resultados obtidos neste estudo revelaram a presença de significativas desigualdades educacionais entre os bairros de Mogi das Cruzes.

Em 2021, participaram do SAEB 55 escolas distribuídas em 46 bairros, o que corresponde a 43% do total de bairros do município. Dentre essas escolas, 11% não atingiram nenhuma das metas estabelecidas, 54% alcançaram apenas a meta federal e 37% conseguiram atingir tanto a meta federal quanto as metas estadual e municipal. Em 2023, verificou-se um pequeno avanço na participação, com 67 escolas localizadas em 51 bairros, representando 47% do total. Nesse ano, 7% das escolas não atingiram nenhuma meta, 53% alcançaram somente a meta federal e 39% conseguiram atingir todas as metas previstas.

Os bairros de melhor desempenho, como Vila Suíça (2021) e Vila da Prata (2023), apresentaram melhores condições socioeconômicas (INSE elevado) e número de alunos por turma dentro da média municipal. Por outro lado, bairros com escolas rurais, como em 2021 o bairro do Rio Abaixo, que ainda apresenta turmas multisseriadas e Tabor em 2023, registraram os piores resultados, mesmo com menor média de alunos por sala. Observou-se ainda que parte do financiamento educacional destinado a bairros mais afastados esteve associado ao PDDE Estrutura, voltado a suprir necessidades básicas como fornecimento de água, sem necessariamente impactar diretamente no processo pedagógico. Esses achados demonstram que fatores como localização, contexto socioeconômico e condições estruturais podem estar relacionados à qualidade da educação, reforçando a necessidade de políticas públicas mais equitativas para o município.

Ao final deste estudo, após a coleta, o mapeamento e análise dos dados, foi elaborado um índice de desigualdade educacional que se integrará ao índice de desigualdade na saúde e ao índice socioambiental, resultando em um único indicador de desigualdade para o município de Mogi das Cruzes. A formulação deste índice faz parte do Projeto Desigualdades idealizado

pela Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes (PMMC) em parceria com o Instituto Tide Setúbal, o qual financiou a bolsa deste na Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), o qual tem como objetivo de estabelecer metas para redução das desigualdades no município de Mogi das Cruzes nas 3 variáveis: educação, saúde e socioambiental. Essa composição permitirá uma análise mais abrangente e multidimensional, capaz de refletir as desigualdades nas principais áreas que influenciam a população. Dessa forma, será possível identificar as regiões mais vulneráveis e apresentá-las à Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes para que possam ter conhecimento dos resultados deste estudo e elaborar metas e políticas públicas voltadas para a redução dessas desigualdades.

A seguir, apresentam-se três capítulos que estruturam este estudo, fornecendo subsídios teóricos e analíticos necessários para a compreensão dos resultados e das discussões propostas. No Capítulo 1 são discutidas as políticas públicas educacionais nos âmbitos nacional e internacional e a importância do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) como principal instrumento para a formulação do IDEB. O Capítulo 2 aborda os principais fatores que, segundo a literatura, influenciam no desempenho educacional dos alunos como nível socioeconômico, número de alunos por turma, acesso e permanência e complexidade escolar.

Também é abordada a relação entre o financiamento educacional e a importância dos Programas e Ações Agregadas para qualidade da educação. O Capítulo 3 apresenta o mapeamento dos resultados e aborda a análise dos dados, a comparação entre os diferentes indicadores e a relação destes com os resultados de aprendizagem, subsidiando a discussão sobre os desafios e avanços observados. Por fim, é apresentada a situação das escolas em relação às metas educacionais definidas pelo INEP nos âmbitos federal, estadual e municipal e a relação do desempenho educacional com as variáveis estudadas.

Ao final, serão apresentadas as Conclusões e as Referências. Este trabalho também conta com apêndices e anexos que complementam as informações e análises desenvolvidas.

2 CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

2.1 - A EDUCAÇÃO COMO DIREITO GLOBAL: AGENDA 2030, ODS 4 E AVALIAÇÃO INTERNACIONAL

A educação tem sido considerada um dos pilares centrais para a promoção do desenvolvimento humano e sustentável, sendo reconhecida internacionalmente como um direito fundamental e um fator importante para a redução das desigualdades sociais. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, lançada em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dos quais o ODS 4 se dedica especificamente à educação, com o propósito de "assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" (ONU, 2015).

Esse objetivo global apresenta 7 metas e 3 submetas que tratam tanto do acesso quanto da qualidade e equidade no processo educacional. A meta 4.1 estabelece como prioridade que todos os meninos e meninas completem o ensino primário e secundário com resultados de aprendizagem eficazes e relevantes. Já a meta 4.5 propõe garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade (UNESCO, 2017).

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), avalia a qualidade dos sistemas educacionais de 81 países, a partir do desempenho de estudantes de 15 anos, em leitura, matemática e ciências. No Brasil, os dados do PISA 2022 indicam um desempenho abaixo da média dos países da OCDE nas três áreas avaliadas. Em matemática, a média brasileira foi de 379 pontos, enquanto a média da OCDE foi de 472. Essa defasagem representa o equivalente a dois anos e meio de escolaridade formal (OCDE, 2023). Em leitura, o Brasil obteve 410 pontos, contra 476 dos países da OCDE, e, em ciências, 403 pontos frente aos 485 dos países membros. O Brasil permanece, assim, entre os países com os resultados mais baixos entre os países participantes em 2022.

Além dos baixos níveis médios de desempenho, os dados revelam desigualdades internas, associadas a fatores como tipo de escola, nível socioeconômico, escolaridade dos pais e região geográfica. De acordo com o relatório nacional brasileiro divulgado pelo INEP, “o

desempenho dos estudantes está altamente correlacionado ao seu contexto socioeconômico, demonstrando a vulnerabilidade do sistema educacional brasileiro às desigualdades sociais" (INEP, 2023, p. 12).

A avaliação do progresso das principais metas globais dos ODS para o Brasil, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2024, indicam que, embora o Brasil tenha apresentado avanços importantes em diversos indicadores de acesso, como a expansão do atendimento nas etapas do ensino fundamental e médio (metas 4.1 e 4.2) e na ampliação do acesso ao ensino superior (meta 4.3), os desafios relativos à qualidade da aprendizagem e à equidade permanecem significativos. O relatório aponta que mais da metade dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio não atinge os níveis esperados de proficiência em língua portuguesa e matemática, e que até mesmo nos anos iniciais do ensino fundamental, cerca de um terço dos alunos apresenta desempenho abaixo do adequado (IPEA, 2024).

A situação da educação brasileira contrasta com os compromissos assumidos na Agenda 2030 da ONU. Os resultados do PISA 2022 e o resultado dos indicadores educacionais evidenciam o quanto o Brasil ainda precisa avançar para garantir que todos os estudantes tenham acesso não apenas à escola, mas à aprendizagem efetiva. Dessa forma, os dados internacionais reforçam a importância de compreender a qualidade da educação em sua dimensão contextual, política e territorial. No Brasil, os resultados obtidos em avaliações como o PISA ressaltam a importância de melhorar a qualidade da educação básica reduzindo as desigualdades internas, exigindo políticas públicas mais integradas, voltadas à superação de barreiras estruturais, ao fortalecimento da equidade e à valorização da aprendizagem como direito de todos.

2.2 - A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA COMO ESTRUTURA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

A sociedade civil, no final da década de 1980, vivenciou uma profunda transição em diversas áreas, colocando o Brasil diante de mudanças essenciais na política, economia e educação. Nesse contexto, o país saiu de um regime ditatorial para um processo de redemocratização, celebrado por alguns como uma conquista histórica (Frohlich, 2022). A Constituição Federal (CF) de 1988, em particular, consolidou-se como um marco na democratização dos direitos e na superação de um modelo autoritário, centralizador e não pluralista que marcou a política brasileira de 1964 a 1985 (Barroso, 1998).

Através da CF, o papel do Estado foi redefinido na garantia dos direitos fundamentais, dentre eles a educação. Os Art. 205 e 206, por exemplo, estabelecem, dentre outras diretrizes, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e tem como princípios a igualdade de condições para acesso e permanência na escola e garantia do padrão de qualidade (BRASIL, 1988).

Sendo assim, a partir de 1988, o direito à educação pública, gratuita e de qualidade foi assegurado a todos os cidadãos, desde a universalização do ensino fundamental à ampliação do acesso ao ensino médio e superior e a valorização dos profissionais da educação. Nesse sentido, a Constituição representou um avanço histórico ao consolidar a educação como um dos pilares essenciais para o desenvolvimento social e promoção da cidadania plena.

Desde então, as políticas públicas educacionais concentram esforços para a melhoria da qualidade da educação. O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), outro dispositivo legal fundamental dentro do sistema educacional brasileiro, reforça os direitos educacionais das crianças e adolescentes assegurando o direito ao acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência e permanência do aluno na escola (BRASIL, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, constitui o principal referencial legal para a organização e funcionamento do sistema educacional brasileiro. Esta legislação estabelece princípios, diretrizes e normas que visam assegurar a qualidade do ensino em todos os níveis de educação, promovendo igualdade de oportunidades e desenvolvimento integral dos estudantes. A LDB estabelece os princípios fundamentais da educação no Brasil, destacando a garantia de padrão de qualidade e a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Além disso, ela define as responsabilidades do Estado, enfatizando a necessidade de estabelecer padrões mínimos de qualidade de ensino e destaca a competência da União em assegurar um processo nacional de avaliação do rendimento

escolar, colaborando com os sistemas de ensino para definir prioridades e implementar melhorias na qualidade educacional (Barroso, 1988).

Os Art. 214 da CF e 87 da LDB estabelecem, cada qual à sua maneira, a elaboração de um plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração. Ademais, eles buscam definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio da ação integrada dos poderes públicos das diferentes esferas federativas. Os objetivos de tais dispositivos legais são erradicar o analfabetismo, universalizar o atendimento escolar e melhorar a qualidade do ensino (Brasil, 1988).

Em conformidade ao disposto na CF e LDB, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado pela Lei 13.005/2014 e configura-se como um dos principais instrumentos das políticas educacionais brasileiras para o decênio de 2014 a 2024. Este importante documento definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira neste período e estabeleceu 20 metas (Anexo B) a serem cumpridas durante sua vigência (Lei 13.005/2014).

Por meio de suas diretrizes, metas e estratégias, o PNE também visa centralizar esforços na busca pela qualidade da educação (Azevedo, 2014). Há metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade (1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10 e 11); metas quem dizem respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade (4 e 8), metas que tratam da valorização dos profissionais da educação (15, 16, 17 e 18), metas que se referem ao ensino superior, que em geral é de responsabilidade dos governos federal e estadual (12, 13, 14) e as metas 19 e 20 que preveem a normatização da gestão democrática (BRASIL, 2014).

A execução do PNE e o cumprimento de suas metas devem ser objetos de monitoramento contínuo e avaliações periódicas, realizadas por diferentes entidades, dentre as quais: o Ministério da Educação (MEC), a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Fórum Nacional de Educação, sendo que essas instâncias também devem divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais na internet. Além disso, devem analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

Para assegurar a qualidade e equidade educacional, foi publicado outro documento em 22 de dezembro de 2017, a Resolução CNE/CP nº 2, que institui e orienta a implantação da

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

A BNCC é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas da Educação Básica. Ela norteia a formulação dos currículos das redes escolares de todo o Brasil, indicando competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade, assegurando a equidade curricular e contribuindo para a realização das metas estabelecidas no PNE (BRASIL, 2017).

Através da BNCC, os estados e municípios elaboram seus currículos respeitando as características regionais e locais da sociedade, cultura, economia e dos próprios educandos, visando com isso promover a equidade aos alunos das diferentes regiões do país (BRASIL, 1996).

Para garantir que todos os estudantes da educação básica estejam recebendo educação de qualidade e tenham condições iguais de acesso à escola e permanência, em 1990 surgiu o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que é um conjunto de avaliações externas de larga escala que permite realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que possam interferir no desempenho do estudante, permitindo que as escolas e as redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes. Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o SAEB reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais (BRASIL, 2021).

Somente as escolas que declararam ao Censo Escolar matrículas de Educação Infantil, 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª e/ou 4ª série do Ensino Médio participaram da aplicação das avaliações do Saeb em 2021. É com base nos dados declarados no Censo que o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) identifica os recursos/auxílios que serão disponibilizados aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2021).

O SAEB utiliza dois tipos de instrumentos: a) Testes cognitivos aplicados aos alunos dos respectivos anos avaliados; contemplam as áreas do conhecimento Língua Portuguesa (LP) e Matemática (MT); b) Questionários (impressos e eletrônicos), aplicados aos alunos, professores, diretores e secretários municipais de educação; coletam informações sobre fatores socioeconômicos e de contexto que podem auxiliar a compreender o desempenho nos testes (BRASIL, 2021). Com base nos resultados dos questionários aplicados aos alunos do SAEB, a

Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB) obtém o Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) de cada escola, que tem como objetivo contextualizar resultados obtidos em avaliações e exames aplicados pelo INEP no âmbito da educação básica (BRASIL, 2023).

A partir dos resultados dos testes aplicados aos alunos nas avaliações do SAEB, obtêm-se as médias de desenvolvimento dos estudantes que, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono apuradas no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino (BRASIL, 2018). O IDEB possibilita o monitoramento da qualidade da educação e serve como referência para formulação de políticas públicas que visam aprimorar a qualidade do ensino no país.

Em 2005 inicia-se a série histórica de resultados do IDEB. Em 2007, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação foi implementado pelo governo federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e estados visando a mobilização social pela qualidade da educação básica. Este documento apresentou 28 diretrizes e foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo país, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE. Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um IDEB igual a 6,0 em 2021. No caso das redes e escolas com maior dificuldade, as metas preveem um esforço mais concentrado, para que elas melhorem rapidamente, diminuindo assim a desigualdade entre esferas, com apoio específico previsto pelo Ministério da Educação para reduzir essa desigualdade (BRASIL, 2020).

Em vista disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) prevê, em sua Meta 7, o fomento à qualidade da educação básica com incremento do IDEB. Estabelece, também, melhorar o fluxo escolar e, ao final do ano de 2021, elevar para o índice para 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental. Determina, ainda, na estratégia 7.2, que seja assegurada aos estudantes aprendizagem em nível suficiente, de forma que todos alcancem, até o final da vigência do Plano, tal nível em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo (Bolf, 2021).

O INEP é o órgão responsável em calcular, divulgar e comparar as notas do IDEB, e cada ente federado deve assumir voluntariamente o compromisso e a responsabilidade de promover a melhoria da qualidade da educação básica em sua esfera de competência, mediante

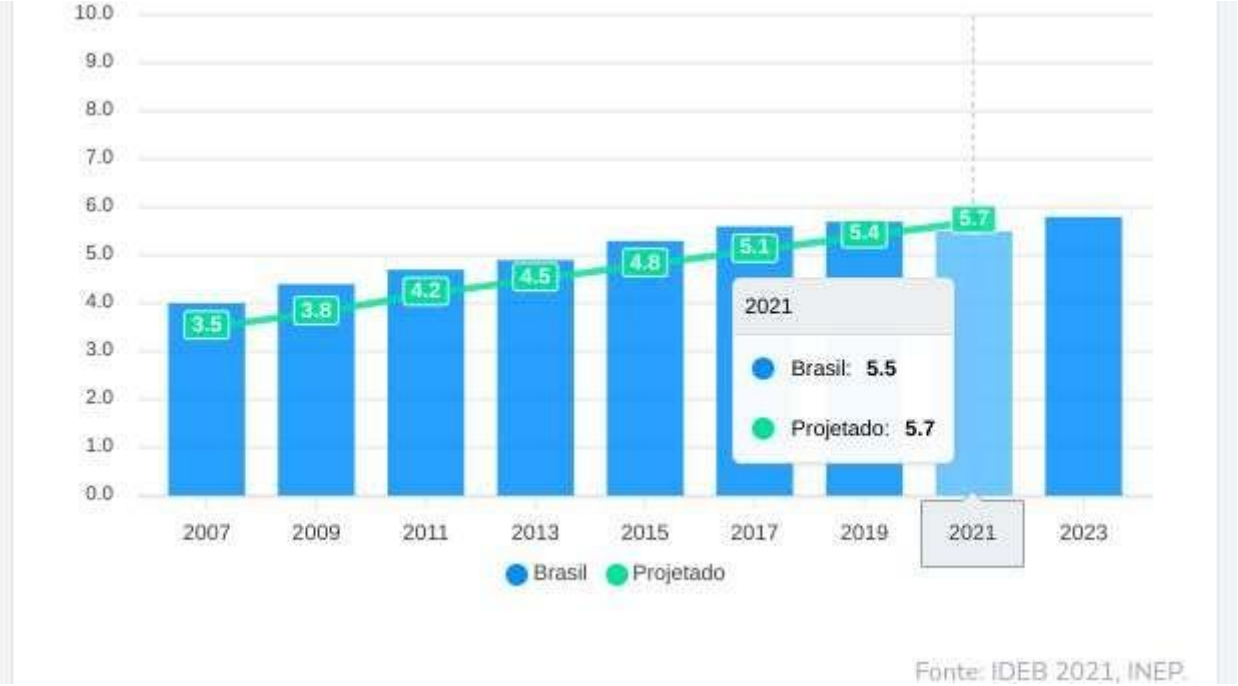
meta estabelecida pelo IDEB (BRASIL, 2007).

Soares (2020) afirma que os resultados alcançados pelos anos iniciais do ensino fundamental eram animadores e indicavam que o Brasil estava no caminho para atingir meta com a nota 6 no IDEB dentro do prazo estabelecido. No entanto, essa projeção otimista foi feita antes do impacto da pandemia de COVID-19, que trouxe desafios significativos para a educação e alterou o cenário previsto.

Em 2021, com a interrupção das aulas presenciais, aumento das desigualdades educacionais, deficiências no aprendizado e a necessidade de adaptação tecnológica tanto para os professores como para os alunos no período de pandemia, o impacto na queda da aprendizagem foi significativo, o que se refletiu inclusive nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com uma diminuição das notas do IDEB (BRASIL, 2021).

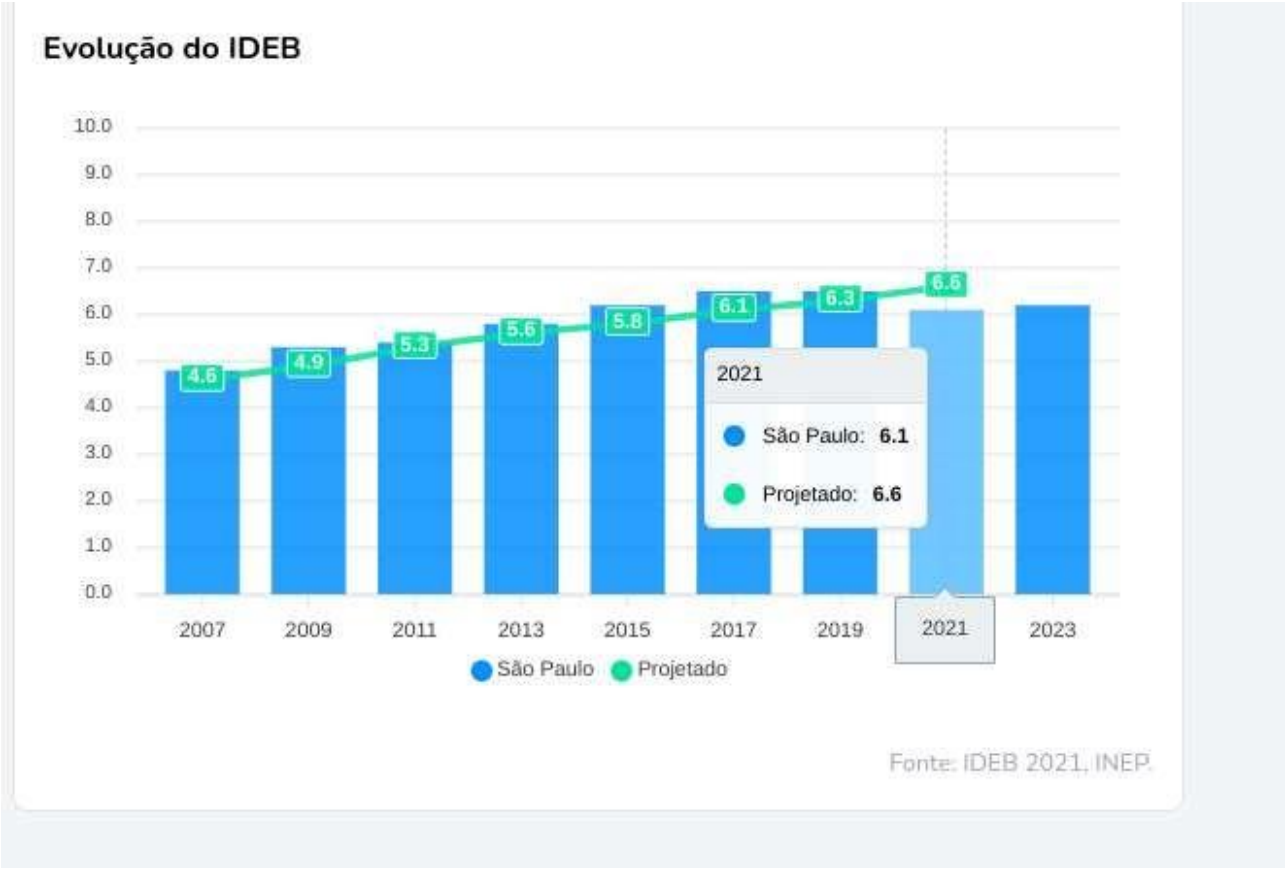
Os dados revelaram que a meta projetada para o Brasil nos anos iniciais do ensino fundamental era de 5,7, no entanto a nota alcançada foi de 5,5 (Gráfico 1), indicando que o país não atingiu o objetivo estabelecido. No estado de São Paulo, a meta prevista era de 6,6, mas o resultado foi de 6,1 (Gráfico 2), também ficando abaixo do esperado. No município de Mogi das Cruzes, em particular, embora a meta projetada fosse igualmente de 6,6 (Gráfico 3), a nota alcançada foi de 6,3, o que, apesar de superior à média nacional, ainda não foi suficiente para atingir a meta estabelecida.

Gráfico 1- Evolução das metas IDEB do Brasil



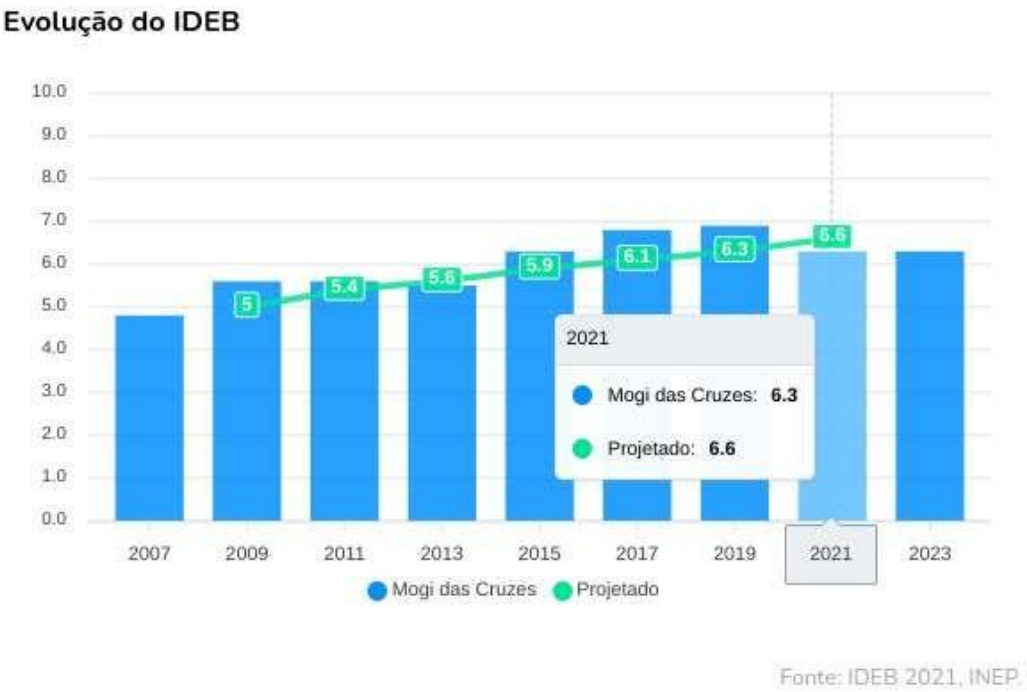
Fonte: IDEB 2021, INEP

Gráfico 2- Evolução das metas do IDEB do Estado de São Paulo



Fonte: IDEB 2021, INEP

Gráfico 3- Evolução das Metas do IDEB no município de Mogi das Cruzes



Fonte: IDEB 2021, INEP

Para diminuir os impactos deixados pela pandemia nas aprendizagens escolares e para o enfrentamento do aumento das desigualdades, no caso do Brasil, o Conselho Nacional de Educação (CNE) propôs um conjunto de medidas, dentre as quais trabalhar no contexto de um *continuum* curricular para os anos de 2020-2022, entendendo que a Base Nacional Comum Curricular pode ser de grande utilidade como orientadora das aprendizagens essenciais que precisarão ser desenvolvidas por todas as escolas públicas e particulares de ensino. A BNCC assume assim um papel estratégico para a recomposição das aprendizagens, ao tempo em que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) recomendam aos países de todo o mundo um forte trabalho de cooperação e colaboração para o sucesso dessa recomposição e o enfrentamento das desigualdades educacionais (Dias, 2022).

Foi necessário que os sistemas de ensino realizassem adequações para a nova realidade pós-pandêmica, principalmente na rede pública de ensino. Acordos emergenciais foram estabelecidos, incluindo a flexibilização dos currículos, a readequação dos critérios de avaliação e esforços para evitar a reprovação e abandono escolar (Costa, 2022).

Uma das políticas públicas instituída pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, foi o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA),

de adesão voluntária do ente federativo, que teve como finalidade garantir o direito à alfabetização de todas as crianças brasileiras até o final do 2º ano do ensino fundamental e na recuperação das aprendizagens das crianças do 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia. O Compromisso estabelecia, entre seus princípios e por meio de estratégias de atuação a promoção da equidade educacional, a melhoria da qualidade da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental e ao combate às desigualdades de aprendizagem, considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero, a colaboração entre os entes federativos e o fortalecimento das formas de cooperação entre estados e municípios (BRASIL, 2023).

O CNCA visa concentrar os esforços do Ministério da Educação na alfabetização na idade adequada e na recuperação das competências de alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental. Isso será realizado por meio de uma articulação entre União, estados e municípios, com responsabilidades compartilhadas e metas pactuadas para os resultados da alfabetização. Essas metas serão acompanhadas por um sistema de monitoramento, apoio técnico e financeiro da União, voltado para a melhoria da infraestrutura escolar e pedagógica, bem como a disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos para alunos e professores. Além disso, serão implementados sistemas de avaliação da alfabetização e estratégias formativas, alinhadas às orientações curriculares (BRASIL, 2023).

O monitoramento do Compromisso será feito por avaliações nas áreas de leitura, língua portuguesa, matemática, além da utilização dos resultados do SAEB. Os dados coletados por essas avaliações serão essenciais para monitorar o processo de alfabetização dos alunos, aprimorar o ensino em sala de aula, fornecer subsídios para o aperfeiçoamento contínuo das políticas de alfabetização e, especialmente, diagnosticar as desigualdades e a qualidade da educação básica no país (BRASIL, 2023).

3 CAPÍTULO 2 - FATORES QUE INFLUENCIAM NA APRENDIZAGEM E ATUAÇÃO DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES

Para compreender plenamente o desempenho escolar, é essencial considerar não apenas os resultados das avaliações, mas também fatores como o contexto socioeconômico, a infraestrutura, a complexidade da escola e o acesso a recursos pedagógicos. Analisar apenas um indicador pode oferecer uma visão limitada da qualidade da educação. Portanto, uma abordagem mais ampla permite identificar desafios e promover intervenções eficazes em busca da qualidade e equidade no ensino.

Neste capítulo, abordaremos alguns desses fatores, bem como a relação entre eles com as políticas públicas educacionais implementadas e como os recursos recebidos do financiamento da educação estão associados a esses fatores.

Uma das dimensões mais discutidas na literatura é a relação direta do nível socioeconômico dos alunos com a aprendizagem. Alves (2013), em sua pesquisa, evidencia que alunos em situação socioeconômica mais vulnerável apresentam maiores taxas de reprovação e abandono escolar. Segundo a teoria da reprodução de Bourdieu (2007), assim como no Relatório Coleman (1966) e apresentada por Moll (2017), o êxito escolar das crianças está fortemente condicionado à posição socioeconômica de suas famílias, uma vez que os recursos culturais, sociais e econômicos disponíveis influenciam diretamente suas oportunidades educacionais no acesso e permanência dos estudantes.

O Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas (INSE) obtido pelo INEP a partir das avaliações do SAEB, escolas em faixas mais altas de nível socioeconômico tendem a apresentar médias mais elevadas nas avaliações de larga escala (BRASIL, 2021). Essa relação reforça que o contexto social do aluno exerce grande influência sobre a aprendizagem, não apenas por condições materiais, mas também pelas oportunidades culturais e educacionais disponíveis fora do ambiente escolar.

O INSE é um indicador composto que considera variáveis como renda familiar, escolaridade dos pais, posse de bens e condições domiciliares dos estudantes. Ele classifica as escolas em sete níveis socioeconômicos, da faixa muito baixa até a muito alta, e mostra que o desempenho escolar está fortemente relacionado às condições socioeconômicas dos alunos e ao território onde vivem. Escolas localizadas em regiões com maior vulnerabilidade tendem a

registrar menores médias de proficiência, o que revela a influência do contexto extraescolar sobre os resultados de aprendizagem (BRASIL, 2021).

Além das condições socioeconômicas, Moll (2020) destaca que as condições materiais desiguais são determinantes para o insucesso dos escolares, somadas ao direito à educação fragilizado e a complexidade da escola (número de alunos, média de alunos por turma, níveis de ensino oferecidos e número de alunos portadores de necessidades especiais) impactam nas condições de trabalho dos docentes e, consequentemente, na qualidade do ensino oferecido (Crahay, 2007; Alves, 2013). Escolas que concentram um número elevado de matrículas e mantêm turmas muito numerosas enfrentam maiores desafios para garantir o acompanhamento individualizado, a gestão adequada da sala de aula e o suporte pedagógico necessário (BRASIL, 2024)

O tamanho das salas de aula, que reflete tanto as políticas públicas quanto as dinâmicas demográficas, é um parâmetro importante para avaliar a qualidade da educação, pois está diretamente relacionado à capacidade do sistema educacional de oferecer atenção individualizada e suporte adequado aos estudantes, considerando suas diversidades socioeducativas. Esse fator é especialmente relevante em contextos em que a equidade educacional é uma preocupação central.

A média de alunos por turma, por sua vez, tem sido objeto de debate entre pesquisadores da educação. A literatura aponta que turmas numerosas dificultam o acompanhamento individualizado, o planejamento diferenciado e a gestão da sala de aula, impactando negativamente a aprendizagem, sobretudo entre os alunos com maior necessidade de apoio pedagógico (Soares; Alves, 2021). Embora a redução do número de alunos por turma não seja, por si só, garantia de melhor desempenho, seu efeito tende a ser mais relevante em escolas que atendem populações socialmente vulneráveis (Brooke, 2020).

Entretanto, de acordo com Jacobo Waiselfisz (2000), ao analisar os dados do SAEB de 1997, não foram identificadas evidências que confirmassem a ideia de que turmas menores garantem, por si só, melhores resultados de aprendizagem. Pelo contrário, os dados sugerem que, em certas condições, turmas maiores podem apresentar melhor desempenho nas avaliações. O autor destaca, no entanto, que esse tema demanda estudos mais aprofundados, pois há contextos específicos como determinados perfis de professores, grupos de alunos com características próprias ou conteúdos que exijam maior interação em que o trabalho com turmas reduzidas pode ser mais benéfico. A análise das médias de alunos por professor pode revelar diferenças na qualidade de atendimento entre as redes de ensino. Essas taxas mostram como as

políticas públicas e práticas institucionais podem afetar a equidade no aprendizado e nas oportunidades oferecidas aos estudantes.

No Brasil, a taxa de alunos por professor no ensino fundamental da rede pública foi de 21, igual à média dos países membros da OCDE, em 2022 (BRASIL, 2024). Em Mogi das Cruzes, nas escolas municipais em 2021 a média de alunos foi de 28 alunos por turma. Diante disso, a CF (1988), a LDB (1996) e o PNE (2014) atuam em conjunto para garantir a universalização da educação básica, ao estabelecer diretrizes legais, definir metas educacionais e implementar políticas públicas voltadas à ampliação do acesso e permanência dos alunos com programas de apoio, como material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde. Programas que garantam a gratuidade e obrigatoriedade do ensino asseguram o acesso e a permanência dos alunos, especialmente os mais vulneráveis.

No entanto, para que essas iniciativas sejam efetivadas, é essencial contar com as políticas de financiamento educacional que asseguram os recursos necessários para sua implementação. O investimento na educação não apenas garante a manutenção da estrutura escolar, mas também influencia diretamente na qualidade do ensino e na valorização dos profissionais da área. Ela deve garantir que todos os alunos frequentem a escola e que todas as escolas tenham recursos suficientes para os insumos e condições necessárias para uma educação de qualidade (Sampaio, 2015).

3.1 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O financiamento da educação é um dos principais condutores para a garantia de um ensino público de qualidade. A destinação e a distribuição dos recursos impactam diretamente a infraestrutura escolar, a formação dos professores, o acesso a materiais pedagógicos e a equidade no atendimento educacional.

Os resultados das avaliações e os indicadores construídos a partir das avaliações, além de orientar políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino e a redução das desigualdades educacionais, são fundamentais para promover a equidade. Esses dados são considerados para a política do financiamento educacional, permitindo a implementação de ações que viabilizem o cumprimento dos objetivos das políticas públicas estabelecidas.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia federal criada pela Lei nº 5537 de 1968 e alterada pelo Decreto nº 872 de 1969, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação e distribuição dos recursos entre o governo estadual, distrito federal e municípios, em decorrência do resultado da divisão das matrículas em cada rede pelo total de matrículas da unidade federativa.

Um dos mais importantes instrumentos de financiamento da educação básica pública no Brasil, sendo responsável por mais de 60% da totalidade dos recursos de que os estados e os municípios possuem para investir na educação básica pública nacional, é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Ele está previsto no Art. 212-A da Constituição Federal e regulamentado pela Lei 14.113 de 2020, atualmente chamado de Novo FUNDEB (BRASIL, 2021).

O Novo FUNDEB é responsável pela redução das desigualdades educacionais em território nacional e melhoria dos indicadores de qualidade da educação. Nos últimos anos, esse instrumento trouxe mudanças substanciais voltadas ao aprimoramento da dinâmica de operacionalização do Fundo, com o objetivo de proporcionar uma distribuição de recursos mais equitativa e igualitária (BRASIL, 2020). A União irá complementar o Fundo beneficiando não apenas os municípios que não atingem o valor mínimo por aluno, mas também aqueles que necessitam de incentivo para melhorias na qualidade e gestão educacional.

A VAAR (Valor Aluno/Ano por Resultado) é a referência para o recebimento da verba, designada com base na evolução dos indicadores, por meio do cumprimento das condicionalidades, sendo uma delas, a participação de pelo menos 80% dos estudantes em avaliações na educação básica e a outra, mais importante, a redução das desigualdades socioeconômicas e raciais na educação (BRASIL, 2021).

Os recursos provenientes do FUNDEB deverão ser utilizados apenas em ações consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Essas ações incluem despesas como remuneração de profissionais da educação, aprimoramento da infraestrutura escolar, materiais didáticos e programas e projetos educacionais. Essas despesas visam assegurar uma educação básica de qualidade, equitativa e apoiar as metas de aprendizagem nas redes de ensino público (BRASIL, 2021).

Além dos recursos do FUNDEB, os entes federados contam com repasses, de caráter suplementar, como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física para realização de pequenas reformas e reparos e complementação de materiais pedagógicos de modo a assegurar as condições de funcionamento da unidade de ensino e pedagógica, com a consequente expectativa de elevação do desempenho escolar. Também visa fortalecer a participação social e a autogestão escolar, uma vez que a verba é repassada diretamente às escolas que podem utilizar esse recurso de acordo com as demandas e necessidades (CD/FNDE nº 15/2021).

O valor devido anualmente às escolas públicas com Unidade Executora (UEx) é calculado somando-se um valor fixo, determinado por cada estabelecimento de ensino, e um valor variável, que depende do número de alunos matriculados na educação básica da instituição e informados no Censo Escolar do ano anterior ao repasse, considerando os valores referenciais de cálculo estabelecidos para os repasses do PDDE Básico (BRASIL, 2022).

Tabela 1: Forma de Cálculo dos Valores dos Repasses do PDDE Básico às escolas

Forma de Cálculo dos Valores dos Repasses

Valor Total = Valor Fixo + Valor Variável

Especificação	Valor Fixo (R$)	Valor per capita (R$)
Escola pública urbana com UEx	1.850,00	20,00
Escola pública rural com UEx	5.550,00	20,00
Escola pública rural indígena e quilombola com UEx	5.550,00	20,00
Escola privada de educação especial	1.850,00	60,00
Escola pública urbana sem UEx	-	40,00
Escola pública rural sem UEx	-	60,00
Público-alvo da educação especial em escola pública	-	100,00
Alunos de escola pública com Atendimento Educacional Especializado - AEE	-	20,00



Fonte: Inep (2022)

Essa estrutura de financiamento busca equilibrar as oportunidades entre alunos das zonas rurais e urbanas. Mesmo com menos alunos, o valor fixo maior nas áreas rurais ajuda a garantir que as escolas rurais tenham condições mínimas semelhantes às urbanas. Vale destacar que o financiamento adicional para alunos com necessidades especiais busca promover a igualdade de oportunidades, garantindo que esses alunos possam aprender em um ambiente inclusivo e adequado às suas necessidades, buscando um atendimento de forma equitativa a todos os alunos. Existem ainda as "Ações Agregadas ao PDDE", que são transferências financeiras para fins específicos com o objetivo de melhorar ou suprir necessidades específicas de cada escola (Carvalho, 2017).

Diante dos fatores que influenciam a aprendizagem dos alunos, fica evidente que o financiamento educacional desempenha um papel fundamental na busca por uma educação de qualidade. Recursos destinados à manutenção da estrutura física das escolas, à aquisição de materiais didáticos e pedagógicos, à ampliação do acesso à internet e à valorização dos profissionais da educação são essenciais para garantir melhores condições ao ensino e à aprendizagem.

No entanto, mesmo com esses investimentos, ainda persistem desafios significativos. A melhoria da qualidade da educação exige não apenas investimentos financeiros, mas também uma gestão eficiente e políticas públicas bem estruturadas, que atuem de maneira integrada, com estratégias que assegurem uma distribuição mais equitativa dos recursos, levando em conta as especificidades e vulnerabilidades de cada contexto escolar para proporcionar melhores condições de ensino a todos os estudantes.

No próximo capítulo, serão apresentados os principais indicadores educacionais da educação básica do município de Mogi das Cruzes, incluindo o desempenho no IDEB, a distribuição das matrículas, o número de alunos por turma e o INSE, com o objetivo de oferecer uma visão detalhada da realidade educacional e como os fatores apresentados estão influenciando na qualidade do ensino do município.

4 CAPÍTULO 3 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM MOGI DAS CRUZES

Embora a implementação das avaliações externas esteja se consolidando cada vez mais no país, sendo estas utilizadas pela maioria das escolas públicas brasileiras, os resultados servem, por exemplo, para subsidiar ações da gestão escolar, como alocar os conteúdos das avaliações no currículo escolar; evitar a reprova dos alunos para que, de alguma forma, isso compense a nota da avaliação externa e não prejudique o IDEB e rever o próprio mecanismo de gestão, na perspectiva de uma autoavaliação. Neste sentido, o IDEB serve como indutor tanto de políticas públicas quanto de ações das secretarias de educação e da própria escola, para alcançar as metas estabelecidas pelo índice (Chirinea, 2015).

As escolas municipais de Mogi das Cruzes participam do SAEB desde 2007. Na primeira participação, a média das notas dos anos iniciais foi 4,8. Desde então, o município tem alcançado metas intermediárias, superando, em 2009, a meta de 5,0 ao atingir a nota de 5,6. Em 2011, a nota permaneceu em 5,6, ultrapassando a meta de 5,4. Entretanto, em 2013 houve uma queda, com a nota atingindo 5,5, abaixo da meta de 5,6. De 2015 a 2019, as notas aumentaram e as metas definidas foram alcançadas. Contudo, em 2021 e 2023, observou-se uma queda nas notas, e as metas não foram atingidas (BRASIL,2024). Esse período foi marcado pela pandemia, durante a qual as aulas presenciais foram suspensas em todo o país.

Diante desse cenário, o CNE/CP nº 5/2020 destacou que as limitações para oferecer atividades não presenciais poderiam afetar desigualmente as oportunidades de aprendizagem dos alunos. O parecer ressaltou a importância de formular planos educativos coerentes e eficazes para garantir o direito à educação, considerando os desafios impostos pela crise e o funcionamento das escolas (Parecer CNE/CP nº 11/2020).

Em resposta, o Departamento Pedagógico de Mogi das Cruzes (DEPED) verificou, em 2021, a urgência de estabelecer estratégias para retomar o ensino e a aprendizagem. Muitas habilidades e conteúdos não puderam ser abordados adequadamente, o que levou à elaboração da Priorização Curricular 2021, com o objetivo de garantir a progressão das aprendizagens dos alunos (Mogi das Cruzes, 2021).

Neste mesmo ano, 55 escolas do município de Mogi das Cruzes participaram do SAEB e 22% dessas instituições obtiveram nota abaixo da meta de número 7 do PNE, que foi estabelecida em 6,0. Dentre elas, 4% apresentaram um nível de aprendizagem significativamente inferior à média. Além disso, foi observada uma considerável variação nas notas obtidas, com a pontuação mais alta em 7,5 e a mais baixa em 4,5. Essa disparidade no

desempenho educacional em Mogi das Cruzes indicou a necessidade de uma ação pública a fim de reduzir essa desigualdade (Narumi, 2023).

Em 2022, o Governo Federal instituiu, por meio do Decreto nº 11.079, a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. Essa política, em colaboração com Estados, Distrito Federal e Municípios, visa implementar estratégias, programas e ações para a recuperação das aprendizagens e enfrentamento do abandono e evasão escolar.

Diante dos esforços do governo para recuperar a aprendizagem dos alunos, em 2023, foram coletados os dados referentes as notas do IDEB de 2023 dos estudantes das escolas municipais de Mogi das Cruzes e observou-se que não conseguiram elevar a média das notas do IDEB, permanecendo com a nota 6,3, abaixo da meta estipulada para 2021 que era de 6,6. No entanto, um ponto positivo é que, embora a maior nota obtida em 2023 tenha sido inferior à de 2021, a menor nota registrada em 2023 foi maior do que a de 2021. Esse dado sugere uma leve elevação na base de desempenho, indicando que as escolas com resultados mais baixos em 2021 conseguiram melhorar em 2023, ainda que as instituições com os melhores desempenhos tenham apresentado uma queda relativa nesse mesmo período.

Narumi (2023) analisa o INSE e a distância de cada escola até o centro e comparou com as notas do IDEB e verificou que a maioria das escolas com notas abaixo da meta apresentou o INSE baixo e a escola era distante do centro de Mogi das Cruzes, considerada área periférica ou rural. Esses dados reforçam o fato de que desempenho acadêmico dos estudantes tem uma forte relação com o nível socioeconômico de suas famílias, sendo um fator amplamente reconhecido como relevante na educação. Estudos apontam uma associação significativa entre essas variáveis, mostrando que escolas que atendem estudantes de famílias com menor nível socioeconômico tendem a apresentar resultados inferiores. Esse fenômeno persiste mesmo quando outros fatores são considerados, dificultando o aumento do IDEB para essas instituições. Além disso, as condições de infraestrutura e complexidade da escola também guardam relação significativa com as notas (Alves, 2013).

4.1 MAPEAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS EDUCACIONAIS DE MOGI DAS CRUZES

Com o intuito de atender o objetivo (i) o mapa a seguir (Mapa 1) apresenta a divisão dos 107 bairros, numerados conforme a legenda (Apêndice B), a qual também indica o nome das escolas correspondentes. Para facilitar a visualização recomenda-se acessar o https://geomogi.mogidascruzes.sp.gov.br/mapa# o qual permite um modo mais preciso a localização dos bairros e das escolas.

As escolas participantes do SAEB em 2021 e 2023 estão distribuídas em 54 bairros do município, o que permitiu visualizar a abrangência territorial das unidades escolares analisadas. Em 2021, 55 escolas localizadas em 46 bairros participaram da avaliação, enquanto em 2023 o número aumentou para 67 escolas em 51 bairros. Esse levantamento inicial foi essencial para compreender a distribuição espacial da rede de ensino e subsidiar as análises posteriores sobre desempenho e desigualdade.

Mapa 1 - Distribuição das escolas por bairros



Fonte: Elaboração própria (2025).
Nota: Os dados foram coletados da Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes (2023) e GeoMogi (2025).

O segundo objetivo (ii) consistiu na coleta e sistematização dos dados educacionais: resultados do IDEB, valores de financiamento recebidos pelas escolas, média de alunos por turma, número de matrículas e o INSE. Esses dados foram representados em mapas temáticos de calor (Figuras 5 a 12), construídos por bairros.

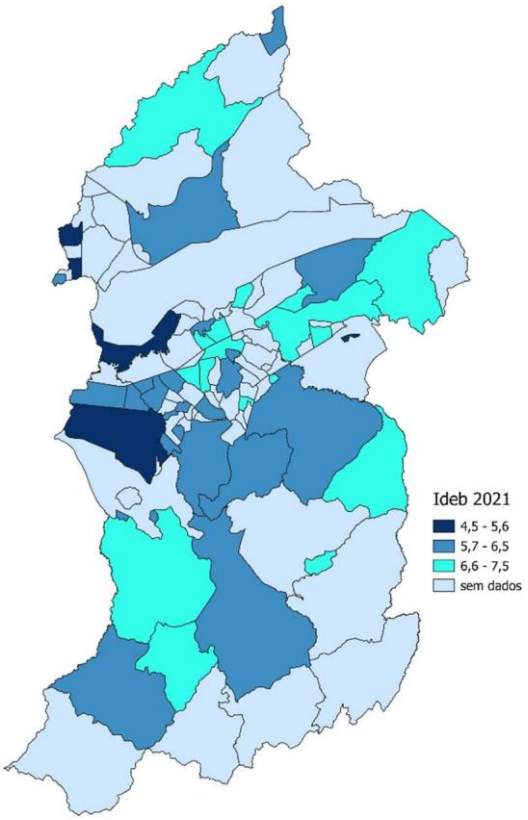
Os mapas permitiram visualizar a distribuição dos indicadores educacionais coletados do município de Mogi das Cruzes. As informações foram referentes aos anos de 2021 e 2023 com exceção do INSE, cujos dados mais recentes divulgados pelo INEP correspondem ao ano de 2021.

O desempenho educacional no município de Mogi das Cruzes, foi representado pelos mapas com base nos dados do IDEB dos anos de 2021 (Mapa 2) e 2023 (Mapa 3) que possibilitaram a identificação de padrões e desigualdades territoriais.

No caso específico do IDEB, as cores mais escuras indicam bairros com menores índices, evidenciando as regiões que enfrentam os maiores desafios educacionais.

As legendas foram definidas a partir das metas estipuladas pelo INEP até o ano de 2021, sendo mantida a mesma referência para o ano de 2023 para fins comparativos. As classes adotadas foram: notas de 4,5 a 5,6 (bairros que não alcançaram a meta mínima federal de 5,7), notas de 5,7 a 6,5 (bairros que atingiram apenas a meta federal, mas não a meta estadual e municipal de 6,6) e notas de 6,6 a 7,5 (bairros que atingiram ou superaram todas as metas).

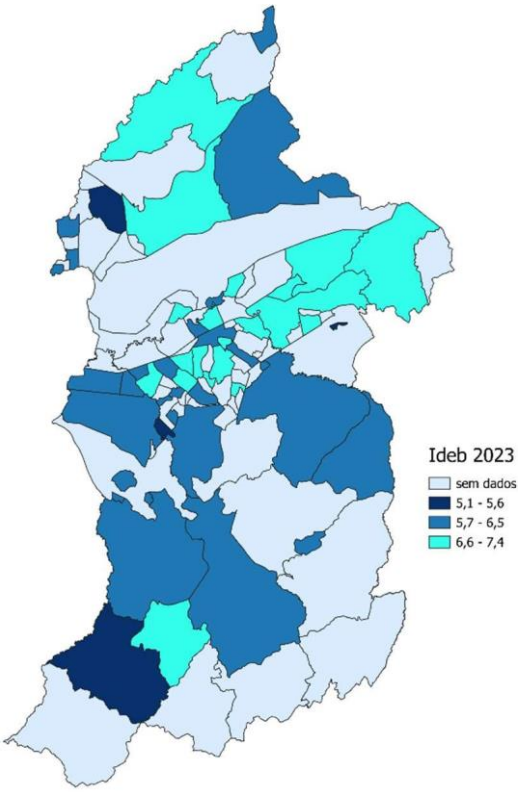
Mapa 2 - Mapa de calor do IDEB por bairro (2021)



Fonte: Elaboração própria (2025).

Nota Os dados foram coletados do INEP (2023) e GeoMogi (2025).

Mapa 3 – Mapa de calor do IDEB por bairro (2023)



Fonte: Elaboração própria (2025).

Nota Os dados foram coletados do INEP (2023) e GeoMogi (2025).

Em 2021 os dados do mapa (Mapa 5) mostram que 43% dos bairros de Mogi das Cruzes tiveram escolas participantes do SAEB naquele ano. Dentre esses bairros participantes, 11% apresentaram escolas que não atingiram nenhuma das metas estabelecidas, enquanto 54% alcançaram apenas a meta federal. Apenas 37% dos bairros tiveram escolas que conseguiram atingir as metas estaduais e municipais, evidenciando um quadro de desempenho desigual em relação às expectativas de aprendizagem.

O próximo mapa (Mapa 6) constatou que em 2023, o número de bairros com escolas participantes do SAEB foi de 47%, representando um leve aumento em relação ao ciclo anterior. Dentre esses bairros, 7% tiveram escolas que não atingiram nenhuma das metas estabelecidas, enquanto 53% alcançaram apenas a meta federal, sem atingir as metas estaduais e municipais.

Por outro lado, 39% dos bairros participantes conseguiram atingir todas as metas propostas, resultado que aponta para uma leve melhora no desempenho geral das escolas públicas municipais em relação ao cumprimento das metas de aprendizagem.

Quando comparados os resultados de 2021 e 2023, nota-se uma ampliação da participação das escolas no SAEB, passando de 46 bairros em 2021 para 51 bairros em 2023, o que indica maior abrangência da avaliação no território municipal. Em relação ao desempenho, observa-se uma redução no percentual de bairros cujas escolas não atingiram nenhuma meta, que passou de 11% em 2021 para 7% em 2023, sinalizando uma melhora nos resultados das escolas de menor desempenho. A proporção de bairros que atingiram apenas a meta federal permaneceu constante em 52% nos dois anos analisados, o que demonstra um desafio persistente para que as escolas avancem no cumprimento das metas estaduais e municipais. Por fim, o percentual de bairros cujas escolas alcançaram todas as metas passou de 37% em 2021 para 39% em 2023, evidenciando pequena evolução, mas que ainda exige atenção no planejamento e na execução de políticas públicas voltadas à equidade e ao fortalecimento da aprendizagem em todo o território municipal.

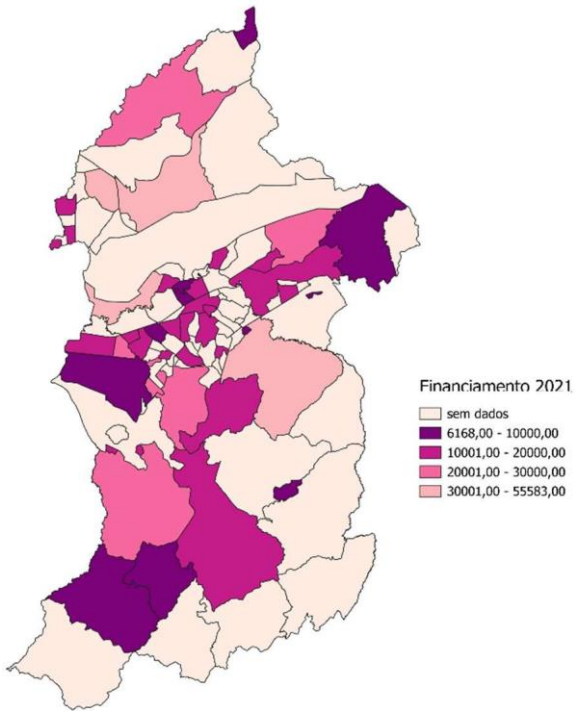
Portanto, a comparação entre os anos de 2021 e 2023 permitiu visualizar que, embora haja avanços no desempenho educacional de alguns locais, a desigualdade entre bairros permaneceu como um desafio importante para a garantia do direito à educação com qualidade em Mogi das Cruzes.

Diante disso, a apresentação dos demais mapas elaborados neste estudo busca aprofundar a análise sobre os possíveis fatores que influenciam os resultados educacionais observados. Conforme discutido na literatura, aspectos como o contexto socioeconômico das famílias, a infraestrutura das escolas, a quantidade de alunos por turma e o volume de recursos financeiros disponíveis podem impactar diretamente na qualidade da aprendizagem.

A apresentação dos mapas a seguir buscou ampliar o olhar para além dos índices de desempenho e reforçar a compreensão das dimensões da desigualdade educacional no município, dialogando com o terceiro objetivo deste trabalho e com os princípios da equidade educacional apontados nas políticas públicas e nas metas globais da Agenda 2030.

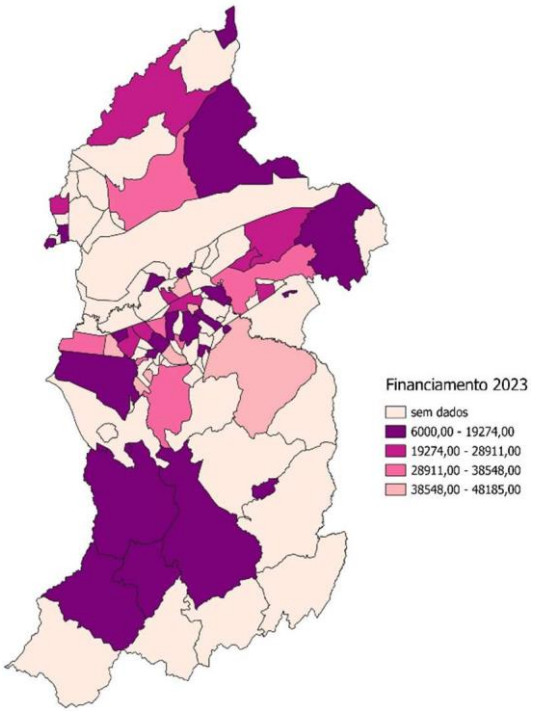
Os mapas 4 e 5 referem-se ao repasse da verba do FNDE para o PDDE do município de Mogi das Cruzes.

Mapa 4 - Mapa de calor do financiamento recebido pelas escolas (2021).



Fonte: Elaboração própria (2025)
Nota: Os dados foram coletados do PDDE/FNDE (2023) e GeoMogi (2025).

Mapa 5 – Mapa de calor do financiamento recebido pelas escolas (2023).



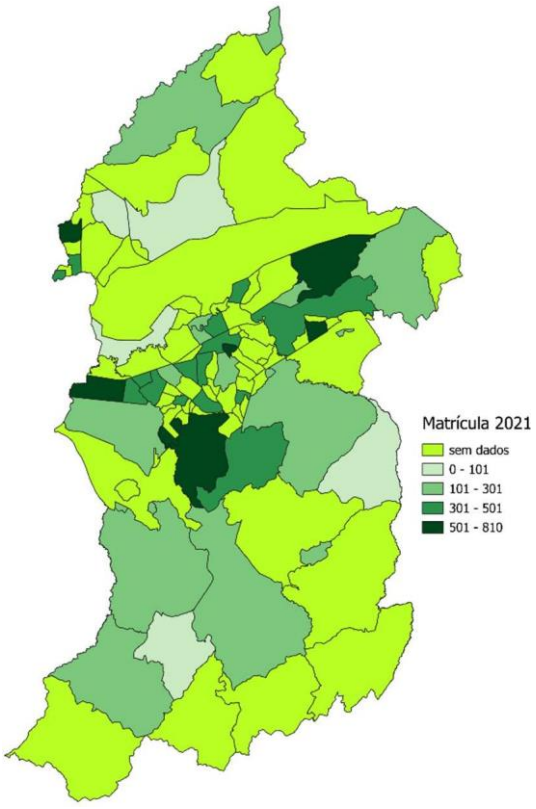
Fonte: Elaboração própria (2025)
Nota: Os dados foram coletados do PDDE/FNDE (2023) e GeoMogi (2025).
.

Os mapas referentes ao volume de financiamento recebido pelas escolas municipais mostraram variações significativas nos valores repassados às escolas em ambos os anos sendo que os maiores valores foram destinados a bairros periféricos e mais afastados do centro urbano. Contudo, esses dados exigem uma análise cautelosa, pois em determinadas escolas, parte significativa desses recursos decorre da adesão ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Estrutura (água e campo), que tem como finalidade suprir necessidades básicas, como garantir abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e esgotamento sanitário e manutenção, conservação, reparos e ou pequenas ampliações em suas instalações. (BRASIL, 2013). Assim, o valor elevado de financiamento em determinados bairros não necessariamente reflete investimento pedagógico ou incremento direto na aprendizagem dos estudantes, mas sim na necessidade de garantir condições mínimas de funcionamento da escola. Essa situação reforça a existência de desigualdades estruturais, nas quais regiões mais vulneráveis precisam

direcionar recursos à superação de carências elementares, o que limita a capacidade de investimentos diretamente voltados ao ensino**.**

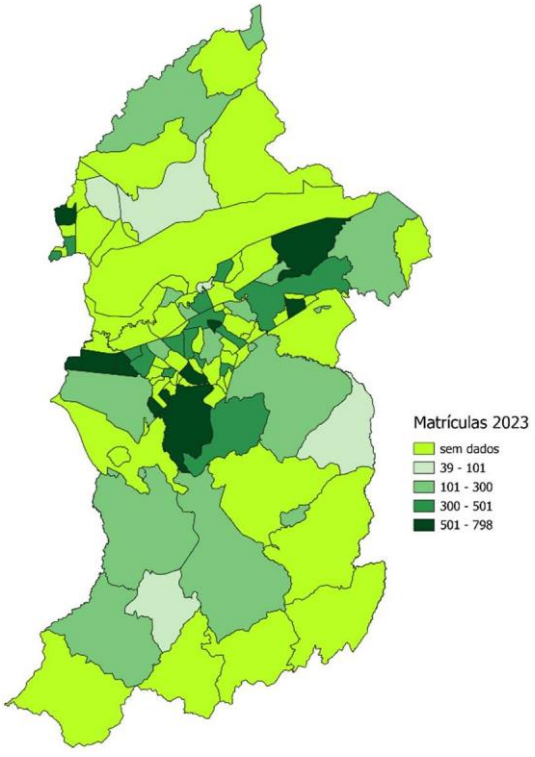
Os mapas abaixo representados pelas Figuras 6 e 7 correspondem a distribuição do número de matrículas nas escolas do município e apresentam uma configuração bastante semelhante entre os anos de 2021 e 2023. As diferenças observadas são pontuais e decorrem, principalmente, do aumento no número de escolas participantes do levantamento em 2023, o que ampliou levemente a cobertura dos dados sem alterar significativamente a distribuição espacial das matrículas. Algumas regiões concentram maior número de estudantes, especialmente nas áreas mais centrais e urbanizadas, enquanto bairros mais afastados do centro da cidade apresentam números mais baixos. Essa concentração está diretamente associada ao tamanho da rede escolar local, à acessibilidade e à dinâmica populacional de cada região.

Mapa 6 – Média do número de matrículas em 2021



Fonte: Fonte: Elaboração própria (2025).
Nota Os dados foram coletados da Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes (2021) e GeoMogi (2025).

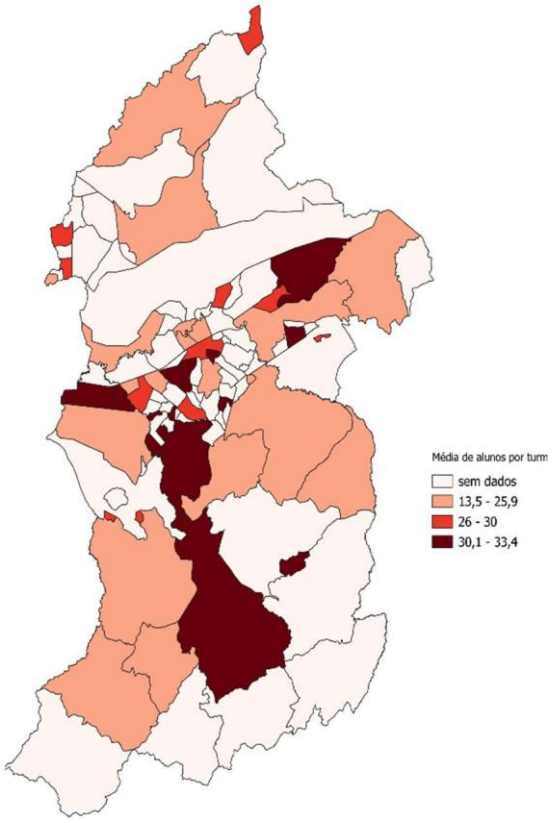
Mapa 7 – Média do número de matrículas em 2023



Fonte: Fonte: Elaboração própria (2025).
Nota Os dados foram coletados da Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes (2021) e GeoMogi (2025).

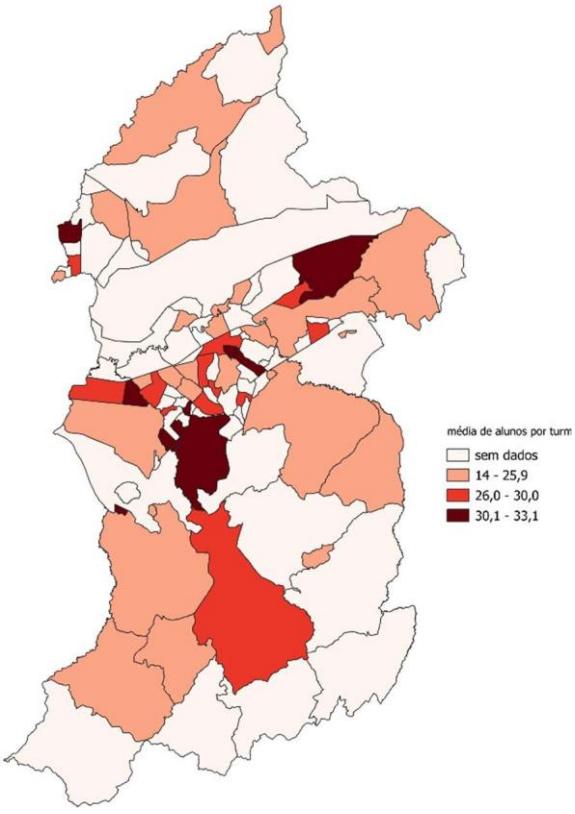
Para visualizar a distribuição da média de alunos por turma, foram apresentados mapas referentes ao ano de 2021 (Mapa 8) e 2023 (Mapa 9).

Mapa 8 – Média de alunos por turma em 2021



Fonte: Elaboração própria (2025)
Nota: Os dados foram coletados do Inep (2021), GeoMogi (2025).

Mapa 9 – Média de alunos por turma em 2023



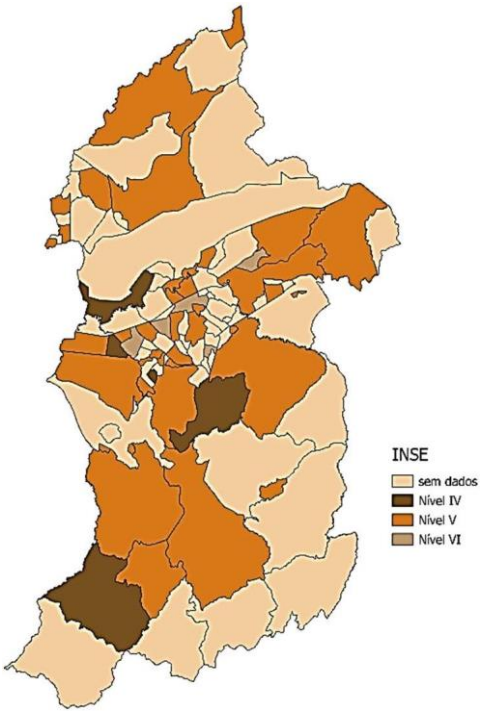
Fonte: Elaboração própria (2025)
Nota: Os dados foram coletados do Inep (2021), GeoMogi (2025).

A média de alunos por turma, outro indicador importante da qualidade da oferta educacional, revelou-se elevada em diversos bairros, especialmente nas regiões sul e nordeste do município. Em 2021, muitas localidades apresentaram médias superiores a 28 alunos por sala, cenário que se repete em 2023 com leves alterações. Embora alguns bairros tenham registrado leve diminuição na média, o dado geral indica que há turmas de várias escolas com número de alunos maior que a média do Brasil (21), o que pode comprometer a atenção individualizada aos alunos, dificultar o trabalho pedagógico dos professores e impactar negativamente os resultados de aprendizagem. Esse dado reforça a importância da organização adequada das turmas e da expansão da rede, principalmente em áreas onde há alta demanda. No entanto, foi possível observar que em alguns bairros mais afastados, especificamente nos bairros

rurais, a média de alunos foi menor que a média no Brasil e a do município (28), porém os resultados do IDEB permaneceram abaixo das metas, o que indica que a redução no número de alunos, por si só, não garante a melhoria da qualidade do ensino.

Por fim, o Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) divulgado pelo INEP apenas em 2021, representado no mapa abaixo (Mapa 10), evidencia diferenças marcantes entre os bairros do município. Os dados mostram que as regiões centrais e mais urbanizadas concentram os maiores níveis socioeconômicos, enquanto os bairros mais periféricos apresentam baixos índices. O INSE considera variáveis como escolaridade dos responsáveis, acesso a bens de consumo, condições de moradia e disponibilidade de recursos educacionais no domicílio (Anexo B).

Mapa 10 - Mapa de calor do INSE por bairro (2021)



Fonte: Elaboração própria (2025)
Nota: Os dados foram coletados do Inep (2021), GeoMogi (2025).

Em conjunto, os mapas revelam um padrão recorrente: os resultados mais baixos do município são de escolas situadas nos bairros mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico ainda que tenham recebido maiores volumes de financiamento, voltados, em geral, à superação de carências básicas. Já os bairros com melhores condições socioeconômicas tendem a concentrar os melhores resultados educacionais e menor necessidade de investimentos emergenciais. Tais evidências reforçam a urgência de políticas públicas que considerem as

desigualdades territoriais e sociais no planejamento educacional, de modo a garantir que o investimento público contribua efetivamente para a redução das disparidades e para a promoção da equidade na aprendizagem.

Para alcançar o objetivo (iii) deste trabalho os dados foram analisados, por bairros, em relação às metas educacionais estipuladas pelo INEP observando possíveis relações entre dados coletados do número de matrículas, média de alunos por turma, financiamento educacional e INSE e os resultados obtidos no IDEB. Foi realizado o comparativo dos bairros que tiveram as melhores e piores notas nos anos de 2021 e 2023, analisando as variáveis destacadas nesta pesquisa.

O bairro com melhor desempenho no IDEB, em 2021, foi a Vila Suíça, localizada no distrito de César de Souza, com nota 7,5. Este bairro apresentou um INSE de nível VI, um número de matrículas de 235, abaixo da média municipal (333,3 alunos) e uma média de alunos por turma de 26,7, menor que a média do município em 2021.

Por outro lado, o bairro com a menor nota no IDEB foi Rio Abaixo, com 4,5, desempenho bem abaixo da meta federal. O INSE foi classificado como nível IV, o número de matrículas foi de 29 e a média de alunos por turma de 13,5, o que representa menos da metade da média do município. Trata-se de um bairro rural que conta com salas multisseriadas, ou seja, turmas compostas por alunos de diferentes anos escolares, atendidos pelo mesmo professor. Além disso, embora o bairro tenha recebido R$ 46.916,91 de financiamento, R$ 41.000,00 desse valor foram destinados ao PDDE Estrutura (Água e Campo), um programa federal voltado para infraestrutura básica, o que significa que a maior parte dos recursos não foi aplicada diretamente em ações pedagógicas.

O bairro com o melhor desempenho no IDEB 2023 foi a Vila da Prata, que obteve uma nota 7,4, mantendo-se acima da meta estipulada. Este bairro apresentou um INSE de nível V, com 391 alunos matriculados e uma média de 27,8 alunos por turma, índice ligeiramente superior à média municipal observada em 2023.

Por outro lado, o bairro com o menor desempenho foi Tabor, caracterizado também como uma localidade rural. Nesse bairro, a média de alunos por turma foi de 19,5 e o valor total de financiamento recebido foi de R$ 9.326,00, não havendo repasse específico do PDDE Estrutura em 2023. O INSE foi classificado como nível V, o que reforça que, mesmo em bairros com classificação socioeconômica intermediária, outros fatores podem influenciar negativamente os resultados de aprendizagem.

Essa análise reforça que os resultados do IDEB não são uniformes em todo o território municipal, sendo influenciados por múltiplos fatores, entre eles: o perfil socioeconômico das

comunidades escolares, o número de alunos atendidos, as condições de infraestrutura e o uso dos recursos financeiros.

Após a apresentação dos mapas temáticos, os dados revelaram um cenário educacional heterogêneo em Mogi das Cruzes, marcado por desigualdades territoriais que se expressam nos diferentes indicadores. Observou-se que, tanto em 2021 quanto em 2023, parte significativa dos bairros atingiu apenas as metas federais ou ficou aquém dessas, enquanto um grupo menor conseguiu alcançar todas as metas estabelecidas.

Os dados também mostraram que as escolas localizadas em bairros centrais ou com melhor perfil socioeconômico tendem a apresentar melhores resultados no IDEB, o que pode estar relacionado a fatores como maior número de matrículas, turmas dentro da média municipal e infraestrutura escolar adequada. Por outro lado, as escolas rurais ou em bairros periféricos, mesmo recebendo recursos específico, continuam enfrentando desafios relacionados à organização pedagógica (como as salas multisseriadas), o que pode impactar diretamente nos resultados educacionais.

No entanto essa tendência de melhores resultados do IDEB em bairros com níveis mais elevados de INSE não é absoluta. Observou-se, por exemplo, que alguns bairros com INSE V, mesmo localizados em regiões mais afastadas e periféricas, conseguiram atingir a meta municipal, apresentando desempenho superior ao esperado. Esse achado indica que não há uma condição única que determine os resultados educacionais, portanto, não é possível generalizar a associação entre INSE baixo e IDEB baixo, ou vice-versa e que fatores como localização, infraestrutura e contexto socioeconômico, engajamento comunitário e elementos internos à escola interagem de forma complexa e desempenham papel relevante na qualidade da educação.

A análise da distribuição das matrículas escolares no município possibilitou visualizar, de forma espacial, as dinâmicas de acesso à educação e as desigualdades existentes entre os territórios, bem como a relação dessa distribuição com o perfil socioeconômico das regiões. Um exemplo evidente são os bairros rurais, onde o número de matrículas é significativamente inferior à média do município e, de forma associada, as notas do IDEB também se apresentam mais baixas. Esse cenário demonstra que a ideia de que turmas menores resultam, automaticamente, em melhor desempenho não se confirma em todos os contextos. Nestes casos, o nível socioeconômico da população exerce forte influência sobre as oportunidades de aprendizagem e os resultados educacionais.

Assim, as desigualdades educacionais observadas estão relacionadas às desigualdades sociais. Os mapas temáticos permitiram identificar regiões com maior concentração de matrículas, áreas com baixa oferta de vagas e verdadeiros vazios educacionais, aspectos que

refletem tanto a demanda populacional quanto as políticas públicas de oferta e organização da rede escolar.

Além disso, verificou-se que o financiamento escolar não é um fator isolado capaz de explicar o desempenho das escolas, como no caso das escolas rurais ou em bairros periféricos que, mesmo recebendo recursos específico, como os destinados pelo PDDE Estrutura (destinado a água e ao campo) continuam enfrentando desafios relacionados à organização pedagógica já que parte dos recursos repassados atende a necessidades estruturais básicas e não necessariamente ações pedagógicas.

Diante desse panorama, torna-se evidente que a desigualdade educacional em Mogi das Cruzes reflete a combinação de fatores territoriais, socioeconômicos e estruturais, o que reforça a importância de políticas públicas orientadas não apenas pela busca de melhores indicadores de desempenho, mas também pela promoção da equidade no acesso, na permanência e na aprendizagem dos estudantes. A análise descritiva dos dados apresentados incluindo resultados do IDEB, número de matrículas, média de alunos por turma, INSE e financiamento demonstrou que os bairros possuem realidades distintas e que, por isso, as políticas educacionais devem considerar as especificidades locais. Essa constatação dialoga diretamente com o compromisso assumido pelo Brasil na Agenda 2030 e no ODS 4, que defende uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. Assim, este trabalho reforça a relevância de análises territoriais como instrumento de apoio à formulação de políticas públicas mais justas e eficazes, capazes de enfrentar as desigualdades educacionais de forma integrada e sustentável.

5 CONCLUSÃO

Realizar uma pesquisa considerando análise por bairros, como a desenvolvida neste trabalho, permitiu gerar um diagnóstico mais preciso sobre como está a qualidade da educação no município, evidenciando aspectos que demandam maior atenção do poder público para cada região. A análise dos dados revelou pontos frágeis que precisam ser considerados na formulação de políticas públicas comprometidas com uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

As desigualdades educacionais presentes no município não podem ser ignoradas. Constatar que metade dos bairros não alcançou as metas educacionais estabelecidas pelas esferas municipal e estadual reforça a urgência de ações efetivas. Além disso, a situação das escolas localizadas em regiões mais afastadas, sobretudo nas áreas rurais, destacou necessidades específicas que exigem políticas de equidade orientadas para o contexto local. Garantir condições adequadas de ensino e aprendizagem para esses alunos não é apenas uma questão de gestão, mas um dever constitucional e um compromisso assumido pelo Brasil perante a ONU.

Este estudo, contudo, não esgota as possibilidades de análise sobre a qualidade da educação no município. Há inúmeros outros fatores sociais, econômicos, de saúde, pedagógicos que influenciam diretamente os resultados educacionais e que merecem ser estudados. A continuidade deste trabalho é fundamental para ampliar o conhecimento sobre as especificidades locais e gerar dados que subsidiem ações efetivas na busca por uma educação mais equitativa e de qualidade. Somente a partir de um diagnóstico constante e aprofundado será possível promover avanços significativos e enfrentar, de forma consistente, as desigualdades educacionais existentes no município. Justifica-se sua relevância na área da educação, ao analisar a qualidade educacional em Mogi das Cruzes e contribuir para a redução das desigualdades no município, alinhando as políticas públicas às metas globais de desenvolvimento sustentável. Busca-se assim, fomentar ações que garantam a todos os alunos o pleno acesso a uma educação de qualidade, assegurando seus direitos fundamentais. Como afirma Barbosa (2020, p. 03) “a equidade educacional é uma igualdade de base no aprendizado, no qual, todos os alunos não poderiam estar abaixo, sendo uma referência de qualidade para o desenvolvimento social, fortalecendo paralelamente a busca daqueles com mais dificuldade pelo nível mais alto”.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 177–194, jan. 2013.

ARANTES, E. C. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a perspectiva da redução das desigualdades regionais**: Uma análise a partir da região Norte do Brasil. 2019.

AZEVEDO, J. M. L. Plano nacional de educação e planejamento. **Revista Retratos da Escola**. v.8. n. 15. p 10. 2014.

BARBOSA, E. S., Cruz, M. D. C. M. T., & Ribeiro, V. M. (2022). Equidade educacional em territórios vulneráveis. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 15, n. 34, 2022.

BARROS, R. P.; MENDES, L. R. C. A **qualidade da infraestrutura escolar e seus impactos na aprendizagem:** evidências e recomendações. Brasília: Instituto Alfa e Beto, 2021.

BARROSO, L. R**.** Dez anos da Constituição de 1988**. Revista de Direito Administrativo**, *214*, 1–25. https://doi.org/10.12660/rda.v214.1998.47263

BOURDIEU, P.**A economia das trocas simbólicas**. Tradução e organização: Sergio Miceli. Perspectiva. Repositório USP. p. 295-336. São Paulo, 2007.

BRASIL. **4º Clico de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação, 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/plano-nacional-de-educacao/relatorio-do-4o-ciclo-de-monitoramento-das-metas-do-plano-nacional-de-educacao-PNE-2022. Acesso em: 16 ago. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Resolução CNE/CP Nº 2, de 5 de agosto de 2021. Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, edição 148, p. 50-51, 6 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em 14 dez. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Diário da União**: Brasília, DF, seção 1. Pag. 5, 24 abr. 2007.

BRASIL. Decreto nº 872, de 15 de setembro de 1969. Altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, que dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 16 set. 1969.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Altera a Constituição Federal para tornar permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb**). Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 27 ago. 2020.

BRASIL**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Valores referenciais de cálculo para repasses do PDDE Básico.** Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/valores-referencias-de-calculo-para-repasses-do-pdde-basico\>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SAEB 2021**: Indicador de nível socioeconômico do Saeb 2021: nota técnica. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/Indicadores_de_nivel_Nota_tenica_2021. Acesso em: 5 out. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SAEB 2021**. Indicador de Nível Socioeconômico do Saeb 202: nota técnica. Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB). Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/Indicadores_de_nivel_Nota_tenica_2021. Acesso em: 5 out. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Metas**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/metas. Acesso em 26 set. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais**. IDEB: Resultados. Brasília, DF, Inep, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados. Acesso em 27 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Dispõe sobre a aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE e outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1 Brasília, DF, 2014.

BRASIL**.** Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP). **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, 22 nov. 1968.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cartilha do Novo FUNDEB**. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec. Acesso em: 07 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Compromisso Nacional pela Criança Alfabetizada**. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Manual do Novo FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação**. Brasília, DF: FNDE, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CD/FNDE nº 15, de 10 de agosto de 2021. Dispõe sobre **as orientações para apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **PDDE Água na Escola e Esgotamento Sanitário: Guia de Orientações Operacionais.** Resolução CD/FNDE nº 33, de 09 de agosto de 2013. Brasília: MEC/SECADI, 2013.

BRASIL. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação.** Brasília: Ministério da Educação. 2014.

CARNAÚBA. M. P. C. Risco de descumprimento das Matas do PNE. **Rev. do 7º Congresso Brasileiro de Gestão CNMP**, 2016.

CARVALHO, N. J. A função do PDDE: a gestão dos recursos financeiros destinados à educação básica". **Cadernos de Educação:** Ensino e Sociedade, Bebedouro, SP, 2017.

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. **Infraestrutura escolar e aprendizagem: evidências e recomendações de políticas públicas**. São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.cenpec.org.br. Acesso em: 29 jun. 2025.

CHIRINÉA, A. M.; BRANDÃO, C. F. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 23, p. 461-484, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40362015000100019. Acesso em 30 set. 2024.

COLEMAN, J. S. et al**. Equality of Educational opportunity**. Whashington, U. S. Government Printing Office, 1966.

COSTA, R. T. **Pós-pandemia e evasão escolar**: um estudo sobre ausência/permanência dos estudantes das escolas públicas e privadas do ensino médio da cidade de Santa Maria/RS. (Trabalho de Conclusão de Curso de graduação) – Universidade Federal de Santa Maria. RS, 2022.

CRAHAY, Marcel. Qual pedagogia para os alunos em dificuldade escolar? **Cadernos de Pesquisa.**, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 181-208, 2007

CURY, C. R. J. A educação básica como direito. **Cadernos de pesquisa.** São Paulo, v. 38, 293-303, 2008.

DIAS, E; RAMOS, M. N. A Educação e os impactos da Covid-19 nas aprendizagens escolares. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. v. 30, n. 117, p. 859-870, 2022.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programas e ações do FNDE: **apoio à infraestrutura das redes públicas de ensino**. Brasília: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: https://www.fnde.gov.br. Acesso em 24 ago. 2024

FNDE. **PDDE**: Programa Dinheiro Direto na Escola. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde. Acesso em 24 fev. 2024.

FNDE. **PDDE Info**. Disponível em https://www.fnde.gov.br › pddeinfo › escola › consultar. Acesso em 23 fev. 2024.

FROHLICH, A. N., COSTA, A. M. C., ARAÚJO, M.M. Educação brasileira e seu contexto histórico: uma reflexão no olhar social e econômico do sistema educacional. *In*: XXII Encontro Nacional de Educação (ENACED) e II Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC), 12., 2., 2022, Rio Grande do Sul. **Anais** [...]. Rio Grande do Sul: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/enacedesiepec/article/view/21940/21468. Acesso em: 26 set. 2024.

GESQUI, L. C. **O Ideb como parâmetro de qualidade da educação básica no Brasil:** Algumas preocupações**.** Maranhão, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/valores-referencias-de-calculo-para-repasses-do-pdde-basico. Acesso em: 12 nov. 2024.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Education at a Glance 2024: Panorama da Educação no Brasil**. Brasília: Diretoria de Estatísticas Educacionais, Coordenação-Geral de Controle de Qualidade e Tratamento da Informação, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/estatisticas-educacionais-internacionais/education-at-a-glance/2024. Acesso em: 01 abr. 2025.

INEP https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb, Acesso em 26 set. 2024.

IPEA. **Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil: ODS 4 – Educação de Qualidade**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br. Acesso em: 29 jun. 2025.

IPEA. **ODS no Brasil: institucionalidade, avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2024.

MELO, J. O. **Financiamento da educação e desigualdades socioeducacionais:** percepções sobre as repercussões do programa dinheiro diretas na escola em Manari. (Dissertação de Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pernambuco. Recife, 2020.

MOGI DAS CRUZES. GeoMogi – Plataforma de Georreferenciamento Oficial do Município. Disponível em: https://geomogi.mogidascruzes.sp.gov.br/mapa#. Acesso em: 16 jul. 2024.

MOGI DAS CRUZES. Lei Complementar Nº 150, de 26 de dezembro de 2019. **Institui sobre o Plano Diretor do Município de Mogi das Cruzes**. Disponível em: https://www.mogidascruzes.sp.gov.br/public/site/doc/202001161856435e20ce0b36edc.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2024.

MOGI DAS CRUZES. Secretaria de Educação**. Priorização Curricular 2021**. Portal da Secretaria de Educação de Mogi das Cruzes, 2021. Disponível em: https://portal.sme.mogidascruzes.sp.gov.br/magazines. Acesso em: 16 jan. 2025.

MOLL, J. Reformar para retardar: A lógica da mudança no EM. **Retratos da Escola**, *[S. l.]*, v. 11, n. 20, p. 61–74, 2017. DOI: 10.22420/rde.v11i20.771. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/771. Acesso em: 5 fev. 2024

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Education at a Glance 2024**: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2024. DOI: https://doi.org/10.1787/19991487.

OGIBA, S. M. M. **Garantia do Direito à Educação**: monitorando o PNE: Lei 13.005/2014. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018. 254 p. *E-book*. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182257. Acesso em: 19 dez. 2023.

OLIVEIRA, J. A. A Lei 10.639/03 e o PNE 2014-2024 - para ressignificar as relações étnicas. **Cadernos de Pós-graduação.** [S. l.], v. 18, n. 2, p. 108–121, 2019. DOI: 10.5585/cpg. v18n2.10569. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/10569. Acesso em: 23 jan. 2024.

OLIVEIRA, J. F.; RIBEIRO, V. M. A. Federalismo, financiamento e desigualdades na educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 41, e020333, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/esci. Acesso em: 29 jun. 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo:** A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: ONU Brasil, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 29 jun. 2025.

RODRIGUES, E. C. Indicadores educacionais e contexto escolar: uma análise das metas do Ideb. **Estudos em Avaliação Educacional**, 27(66), 662-688, 2016.

SAMPAIO, G. T. C., OLIVEIRA, R. L. P**.** Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.** v.31, n 3, p. 511-530, 2015.

SILVA, R. B. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, 8(1), 35–48. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.15448/2179-8435.2017.1.24527. Acesso em: 24 fev. 2024.

SOARES, D. J. M.; SOARES, T. E. A.; SANTOS, W. O algoritmo do Ideb e as metas projetadas para a Educação brasileira: uma análise estatístico-matemática**. Ensaio:** Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 31, p. e0233312, 2022.

SOARES, J. F.; DELGADO, V. M. S. Medida das desigualdades de aprendizado entre estudantes de ensino fundamental. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 754–780, 2016.

SOARES, J. F.; ANDRADE, R. J. Nível socioeconômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n.50, p. 107-126, 2006.

SOARES, J. F.; COLLARES, A. C. M. Recursos familiares e o desempenho cognitivo dos alunos do ensino básico brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 3, p. 1-23. Rio de Janeiro, 2006.

SUMIYA. L. A. **Desigualdade Educacional. Observatório das Desigualdades**. 22 de dez de 2005. Disponível em: https://www.observatoriodasdesigualdades.ccsa.ufrn.br/post/desigualdade-educacional. Acesso em: 20 out. 2023.

UNESCO. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem**. Paris: UNESCO, 2017.

VITELLI. R. F. A desigualdade brasileira revelada pelo resultado de indicadores educacionais. **Caderno de Pesquisa.** São Luís, v.26, n. 1, p. 31-49, jan./mar., 2019.

WAISELFISZ, J. Tamanho da Turma: faz diferença? **FUNDESCOLA/MEC**. Série estudos, n12, p. 30. Brasília**,** 2000.

ANEXO A– Autorização para coleta e levantamento de dados das Escolas Municipais de Mogi das Cruzes

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**

PREFEITURA DE **MOGI DAS CRUZES**

INTERESSADO: Patrícia Midori Aihara Narumi

Mogi das Cruzes, 12 de junho de 2024

Ofício 210/2024 – Autorização para coleta e levantamento de dados das Escolas Municipais de Mogi das Cruzes

A Secretaria Municipal de Educação, por sua Secretária infra-assinada, após análise de documentação encaminhada a esta pasta pela Sra. Patrícia Midori Aihara Narumi, informa que fica autorizada a coleta e levantamento de dados das Escolas Municipais de Mogi das Cruzes para realização de pesquisa na linha de Políticas Educacionais e Culturais conforme preconiza a Portaria nº 4386 de 18 de junho de 2015.

O projeto de pesquisa será desenvolvido dentro programa de bolsa de estudos para curso de Pós-graduação - Mestrado em Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes desenvolvido em parceria com a Fundação Tide Setúbal e deverá seguir o disposto nos artigos 4º, 5º e 6º da referida Portaria.

Atenciosamente,

Mariane Prestes da Silva Pena
Secretária Adjunta de Educação

ANEXO B– Metas do Plano Nacional de Educação (PNE)

Meta 1: Educação Infantil

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 2: Ensino Fundamental

Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Meta 3: Ensino Médio

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final da vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 4: Educação Especial

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 5: Alfabetização

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Meta 6: Educação Integral

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Meta 7: Qualidade da Educação Básica

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica):

- Anos iniciais do ensino fundamental: 6,0

- Anos finais do ensino fundamental: 5,5
- Ensino médio: 5,2

Meta 8: Escolaridade Média

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste PNE, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao IBGE.

Meta 9: Alfabetização e Escolarização de Jovens e Adultos

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: Educação Profissional

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11: Expansão do Ensino Técnico

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Meta 12: Ensino Superior

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para pelo menos 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: Qualidade do Ensino Superior

Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício, em 75% (setenta e cinco por cento) no final da vigência deste PNE, bem como do corpo docente em regime de tempo integral, em 35% (trinta e cinco por cento).

Meta 14: Pós-Graduação

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Meta 15: Formação dos Profissionais da Educação

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput e § 2º do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: Formação Continuada dos Profissionais da Educação

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17: Valorização dos Profissionais do Magistério

Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, a fim de aproximar o rendimento médio do (a) profissional do magistério com mais de 11 (onze) anos de escolaridade do rendimento médio dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta 18: Planos de Carreira dos Profissionais da Educação

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Meta 19: Gestão Democrática da Educação

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Meta 20: Financiamento da Educação

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ANEXO C – Descrição dos níveis socioeconômicos dos estudantes – INSE do SAEB (2021)

Níveis	Descrição
Nível I	Este é o nível inferior da escala, no qual os estudantes têm dois ou mais desvios-padrão abaixo da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa bens como uma geladeira, uma televisão, um banheiro e um celular com internet, sendo que eles não possuem muitos dos bens e serviços pesquisados (computador, TV por internet, carro, wi-fi, mesa para estudar, garagem, forno de micro-ondas, aspirador de pó, máquina de lavar roupa e freezer). Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir um ou dois quartos para dormir e ter escolaridade da mãe (ou responsável) e/ou do pai (ou responsável) variando entre até o 5º ano do ensino fundamental incompleto e o ensino fundamental completo
Nível II	Neste nível, os estudantes estão entre um e dois desvios-padrão abaixo da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, uma televisão, um banheiro, sendo que eles não possuem muitos dos bens e serviços pesquisados. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir máquina de lavar roupa, um ou dois celulares com internet, um ou dois quartos para dormir, wi-fi, mesa para estudar e escolaridade da mãe (ou responsável) e/ou do pai (ou responsável) variando entre até 5º ano do ensino fundamental incompleto e ensino médio completo.
Nível III	Neste nível, os estudantes estão entre meio e um desvio-padrão abaixo da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, uma televisão, um banheiro, wi-fi e máquina de lavar roupa, sendo que eles não possuem muitos dos bens e serviços pesquisados. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir freezer, TV por internet, dois ou mais quartos para dormir, dois ou mais celulares com internet e a escolaridade da mãe (ou responsável) e/ou do pai (ou responsável) variando entre 5º ano do ensino fundamental completo e ensino médio completo.
Nível IV	Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão abaixo da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, um banheiro, wi-fi, máquina de lavar roupa, TV por internet, freezer e dois ou mais celulares com internet, sendo que eles não possuem alguns dos bens e serviços pesquisados. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir uma ou duas televisões, forno de micro-ondas, garagem, carro, mesa para estudar, um computador, dois ou mais quartos para dormir e escolaridade da mãe (ou responsável) e/ou do pai (ou responsável) variando entre 5º ano do ensino fundamental completo e o ensino médio completo.
Nível V	Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão acima da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, dois ou mais celulares com internet, um carro, mesa para estudar, wi-fi, TV por internet, garagem, forno de micro-ondas, máquina de lavar roupa e freezer. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir um ou dois banheiros, uma ou duas televisões, dois ou mais quartos para dormir, aspirador de pó, um computador e escolaridade da mãe (ou responsável) variando entre ensino médio e ensino superior completo e do pai (ou responsável) entre ensino fundamental completo e ensino médio completo.
Nível VI	Neste nível, os estudantes estão de meio a um desvio-padrão acima da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, dois ou mais celulares com internet, um carro, mesa para estudar, wi-fi, TV por internet, garagem, forno de micro-ondas, máquina de lavar roupa, freezer e aspirador de pó. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir um ou dois banheiros, uma ou duas televisões, dois ou mais quartos para dormir, um ou mais computadores e escolaridade da mãe (ou responsável) e/ou do pai (ou responsável) variando entre ensino médio e ensino superior completo.
Nível VII	Neste nível, os estudantes estão de um a dois desvios-padrão acima da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa três ou mais quartos para dormir, dois ou mais computadores, garagem, mesa para estudar, wi-fi, máquina de lavar roupa, TV por internet, freezer, aspirador de pó, forno de micro-ondas e três ou mais celulares com internet. Algumas respostas não obtiveram

	maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir dois ou mais banheiros, um ou mais carros, duas ou mais televisões, uma ou mais geladeiras e escolaridade da mãe (ou responsável) e/ou do pai (ou responsável) variando entre ensino médio e ensino superior completo

Fonte: indicador de nível socioeconômico do SAEB 2021- nota técnica

APÊNDICE A – Relação dos Bairros e Escolas correspondentes ao Mapa 1

Número	Bairro	Escola
1	Alto Do Ipiranga	Em Antônio Nacif Salemi
1	Alto Do Ipiranga	Em Profª Heliana Mafra Machado De Castro
2	Aruã	Sem escola participante
3	Barroso	Em Luiz De Oliveira Machado
4	Beija Flor	Em(R) Benedito Pereira De Paula
5	Bella Cittá	Sem escola participante
6	Biritiba Ussu	Sem escola participante
7	Boa Vista	Primo Villar Prof Em
8	Botujuru	Cempre Prof Jose Limongi Sobrinho
9	Botuquara	Sem escola participante
10	Braz Cubas	Em Dr. Jair Rocha Batalha
10	Braz Cubas	Em Dr. Waldir Paiva De O Freitas
11	Capela	Sem escola participante
12	Capixinga	Em(R) Horácio Da Silveira
13	Caputera	Sem escola participante
14	Centro	Em Almeida Coronel
15	Centro Cívico	Sem escola participante
16	Cesar De Souza	Em Prof.ª Guiomar Pinheiro Franco
16	César De Souza	Em Prof.ª Maria Coeli Bezerra De Melo
17	Chácara Itapeti	Sem escola participante
18	Chácara Santo Ângelo	EM Cid Torquato, EM João Antônio Batalha
19	Chácara São Joaquim	Sem escola participante
20	Chácara Guanabara	Em Prof.ª Cenira Araujo Pereira
21	Cj Do Bosque	Sem escola participante
22	Cj Jefferson	EM Prof.ª Etelvina Caffaro Salustiano
23	Cj. Santo Ângelo	Sem escola participante
24	Cj. São Sebastiao	Sem escola participante
25	Cocuera	Em Fujitaro Nagao
26	Colinas Do Paratehy	Sem escola participante
27	Colônia Agrícola Itapeti	Sem escola participante
28	Faz. Capelinha	Sem escola participante

(continuação)

Número	Bairro	Escola
29	Fazenda Rodeio	Sem escola participante
30	Granja Anita	Sem escola participante
31	Itapety	Em Antônio Pedro Ribeiro
32	Jd dos Amarais	Sem escola participante
33	Jd Aeroporto	Sem escola participante
34	Jd Aracy	Sem escola participante
35	Jd Camila	Sem escola participante
36	Jd Das Bandeiras	Sem escola participante
37	Jd Esperança	Sem escola participante
38	Jd Ivete	Em Prof Dermeval Arouca
39	Jd Layr	Cempre Ruth Cardoso
40	Jd Margarida	Em Prof.ª Sonia Brasil De Siqueira Andreucci
41	Jd Marica	Em Prof.ª Noemia Real Fidalgo
42	Jd Nove De Julho	Em Prof Sergio Hugo Pinheiro
43	Jd Piatã	Em Prof.ª Cleonice Feliciano
44	Jd Planalto	Em Eng. Claudio Abrahão
45	Jd. Rubi	Sem escola participante
46	Jd Santos Dumont	Em Prof.ª Florisa Faustino Pinto
47	Jd São Pedro	Sem escola participante
48	Jd Universo	Em Prof.ª Apparecida Ferreira Cursino
49	Jundiapeba	Em Vereadora Astrea Barral Nebias
49	Jundiapeba	Cempre Prof.ª Lourdes Lopes Romeiro Ianuzzi
49	Jundiapeba	Em Prof Mario Portes
49	Jundiapeba	Cempre Oswaldo Regino Ornellas
49	Jundiapeba	Cempre Prof Sergio Moretti
50	Manoel Ferreira	Sem escola participante
51	Mogi Moderno	Em Prof.ª Ana Lucia Ferreira De Souza
51	Mogi Moderno	Em Prof Eulálio Gruppi
52	Mogilar	Em Carlos Alberto Lopes
53	Nova Bertioga	Sem escola participante

(continuação)

Número	Bairro	Escola
54	Nova Jundiapeba	Em Álvaro De Campos Carneiro
54	Nova Jundiapeba	Em Dr. Benedito Laporte Vieira Da Motta
55	Nova Mogilar	Sem escola participante
56	Pedra Branca	Sem escola participante
57	Pindorama	Em Dom Paulo Rolim Loureiro
58	Pium	Sem escola participante
59	Ponte Grande	Em Monteiro Lobato
60	Porteira Preta	Cempre Vereador Ivan Nunes Siqueira
60	Porteira Preta	Em Dr. Luiz Beraldo De Miranda
61	Pq. Das Varinhas	Sem escola participante
62	Pq. Monte Libano	Sem escola participante
63	Pq. Morumbi	Sem escola participante
64	Pq. Olímpico	Sem escola participante
65	Res Itapeti	Em Prof.ª Maria Eugenia Fochi De Araujo
66	Pq. Santana	Sem escola participante
67	Pq. São Martinho	Em Prof.ª Wanda De Almeida Trandafilov
67	Pq. São Martinho	Sem escola participante
68	Quatinga	Em Prof Adolfo Cardoso
69	Real Park	Sem escola participante
70	Real Park Tiete	Sem escola participante
71	Res Cocuera	Em Prof Afonso Caporali Filho
72	Res Novo Horizonte	Em Prof Hélio Dos Santos Neves
73	Rio Abaixo	Em(R) Geralda Ferraz De Campos
74	Rio Acima	Sem escola participante
75	Rodeio	Em Kaoru Hiramatsu
76	Sabaúna	Em Prof. Joao Cardoso Pereira
77	Santa Tereza	Em Prof.ª Lourdes Maria Prado Aguiar
78	Santo Ângelo	Sem escola participante
79	São Bento Do Parateí	Em(R) Kaoru Hiramatsu
79	São Bento Do Parateí	Em Prof.ª Wilma De Almeida Rodrigues

(continuação)

Número	Bairro	Escola
80	São João	Em Prof.ª Celia Pinheiro Franco Professora
82	Socorro	Em Prof Benedito Estelita De Mello
83	Taboão	Sem escola participante
84	Tabor	Em(R) Nossa Senhora da Conceição
85	Taiaçupeba	Em Prof.ª Cecilia De Souza Lima Vianna
86	Taquaruçu	Sem escola participante
87	Toyama	Sem escola participante
88	Vargem Grande	Sem escola participante
89	Vila Augusta	Sem escola participante
90	Vl Da Prata	Em Dr Isidoro Boucault
91	Vl Moraes	Em Prof.ª Marlene Muniz Schimidt
92	Vl Brasileira	Em Prof.ª Doracy Baptista De Campos Pereira
93	Vl. Das Orquídeas	Sem escola participante
94	Vl Industrial	Em Prof Adolfo Martini
94	Vl Industrial	Em Henrique Peres
95	Vl Jundiaí	Em Prof.ª Maria Aparecida de Faria
95	Vl Jundiai	Em Prof.ª Maria Luiza Menezes Fonseca
96	Vl Lavínia	Em Benedito Ferreira Lopes
97	Vl. Municipal	Sem escola participante
98	Vl Natal	Em Prof Rodolpho Mehlmann
99	Vl Nova Aparecida	EM Desembargador Armindo Freire Mármora
100	Vl. Nova União	Sem escola participante
101	Vl. Oliveira	Sem escola participante
102	Vl. Paulista	Sem escola participante
103	Vl. Rubens	Sem escola participante
104	Vl. São Francisco	Sem escola participante
105	Vl. São Sebastiao	Sem escola participante
106	Vl Suíça	Em Prof.ª Cynira Oliveira De Castro
106	Vl Suíça	Em Prof.ª Emilie Nehme Affonso
107	Vl Cintra	Em Prof Jacks Grinberg

APÊNDICE B - Tabelas com Indicadores Educacionais do Município 2021 e 2023

Tabela de indicadores educacionais 2021

Bairros	IDEB	Média De Alunos Por Turma	INSE	Matrícula	Financiamento
Alto Do Ipiranga	7,0	30,7	5	365	12.542,67
Aruã	0,0	0,0	0	0	0,00
Barroso	6,9	17,3	5	70	8.001,86
Beija Flor	0,0	0,0	0	0	0,00
Bella Cittá	0,0	0,0	0	0	0,00
Biritiba Ussu	0,0	0,0	0	0	0,00
Boa Vista	7,3	33,0	5	206	7.894,30
Botujuru	6,3	31,2	5	810	21.460,60
Botuquara	0,0	0,0	0	0	0,00
Braz Cubas	6,1	24,1	5	194	9.634,82
Capela	0,0	0,0	0	0	0,00
Capixinga	6,7	19,8	5	77	6.885,33
Caputera	0,0	0,0	0	0	0,00
Centro	7,1	30,0	6	389	18.528,54
Centro Cívico	0,0	0,0	0	0	0,00
Cezar De Souza	6,8	23,6	5	410	14.009,08
Chácara Itapeti	0,0	0,0	0	0	0,00
Chácara Santo Ângelo	5,3	24,4	5	165	7.344,86
Chácara São Joaquim	0,0	0,0	0	0	0,00
Chácara Guanabara	6,1	26,3	5	181	8.201,00
Cj. Do Bosque	0,0	0,0	0	0	0,00
Cj. Jefferson Da Silva	5,4	27,2	5	130	6.168,43
Cj. Santo Ângelo	0,0	0,0	0	0	0,00
Cj. São Sebastiao	0,0	0,0	0	0	0,00
Cocuera	5,7	23,5	5	141	55.583,10
Colinas Do Paratehy	0,0	0,0	0	0	0,00
Colônia Agrícola Itapeti	0,0	0,0	0	0	0,00
Faz. Capelinha	0,0	0,0	0	0	0,00
Fazenda Rodeio	0,0	0,0	0	0	0,00
Granja Anita	0,0	0,0	0	0	0,00
Itapety	6,3	20,7	5	68	34.089,57
Jd. Dos Amarais	0,0	0,0	0	0	0,00
Jd. Aeroporto	0,0	0,0	0	0	0,00
Jd. Aracy	0,0	0,0	0	0	0,00
Jd. Camila	0,0	0,0	0	0	0,00
Jd. Das Bandeiras	0,0	0,0	0	0	0,00
Jd. Esperança	5,9	30,1	5	430	13.886,69
Jd. Ivete	0,0	0,0	0	0	0,00
Jd. Layr	5,7	31,2	4	750	26.577,14
Jd. Margarida	6,5	20,3	5	401	13.877,89
Jd. Marica	7,0	26,6	5	420	14.189,63
Jd. Nove De Julho	6,4	27,8	5	290	11.497,80

Jd. Piatã	5,5	29,6	5	577	16.998,89

(continuação)

Bairros	IDEB	Média De Alunos Por Turma	INSE	Matrícula	Financiamento
Jd. Planalto	6,3	30,5	5	0	25.944,24
Jd. Rubi	0,0	0,0	0	0	0,00
Jd. Santos Dumont	6,0	32,4	5	750	22.472,64
Jd. São Pedro	0,0	0,0	0	0	0,00
Jd. Universo	0,0	0,0	0	0	0,00
Jundiapeba	6,4	31,4	5	575	16.309,09
Manoel Ferreira	0,0	0,0	0	0	0,00
Mogi Moderno	6,5	24,9	5	231,5	10.123,63
Mogilar	7,0	25,2	5	464	17.346,23
Nova Bertioga	0,0	0,0	0	0	0,00
Nova Jundiapeba	5,8	30,5	4	480	25.044,41
Nova Mogilar	0,0	0,0	0	0	0,00
Pedra Branca	0,0	0,0	0	0	0,00
Pindorama	7,4	21,6	5	102	25.426,67
Pium	0,0	0,0	0	0	0,00
Ponte Grande	6,0	21,9	5	156	8.954,54
Porteira Preta	6,3	33,4	5	543	20.040,43
Pq. Das Varinhas	0,0	0,0	0	0	0,00
Pq. Monte Libano	0,0	0,0	0	0	0,00
Pq. Morumbi	0,0	0,0	0	0	0,00
Pq. Olímpico	0,0	0,0	0	0	0,00
Pq. Res. Itapeti	0,0	0,0	0	0	0,00
Pq. Santana	0,0	0,0	0	0	0,00
Pq. São Martinho	6,5	29,9	5	278	16.916,17
Quatinga	5,8	21,7	4	134	6.945,87
Real Park	0,0	0,0	0	0	0,00
Real Park Tiete	0,0	0,0	0	0	0,00
Res. Cocuera	6,6	22,8	5	212	9.337,87
Res. Novo Horizonte	5,6	29,9	5	349	11.897,80
Rio Abaixo	4,5	13,5	4	29	46.916,91
Rio Acima	0,0	0,0	0	0	0,00
Rodeio	0,0	0,0	5	0	0,00
Sabaúna	6,7	17,1	5	158	7.554,07
Santa Tereza	0,0	0,0	0	0	0,00
Santo Ângelo	0,0	0,0	0	0	0,00
São Bento Do Parateí	6,6	20,5	5	247	21.642,06
São Joao	6,4	32,0	5	641	16.622,04
Serra Do Itapeti	0,0	0,0	0	0	0,00
Socorro	0,0	0,0	0	0	0,00
Taboão	0,0	0,0	0	0	0,00
Tabor	0,0	0,0	5	77	0,00
Taiaçupeba	6,3	30,5	5	286	12.269,70

Taquaruçu	0,0	0,0	0	0	0,00

(continuação)

BAIRROS	IDEB	Média de alunos por turma	INSE	Matrícula	Financiamento
Toyama	0,0	0,0	0	0	0,00
Vargem Grande	0,0	0,0	0	0	0,00
Vila Augusta	0,0	0,0	0	0	0,00
Vila Da Prata	6,9	32,4	6	390	12.367,69
Vila Moraes	6,3	25,4	4	455	13.766,92
Vl. Brasileira	6,2	28,6	5	473	17.257,96
Vl. Das Orquídeas	0,0	0,0	0	0	0,00
Vl. Industrial	7,2	24,9	5	244	9.396,43
Vl. Jundiai	6,1	25,1	5	349	11.972,36
Vl. Lavinia	7,1	30,7	6	373,5	14.806,31
Vl. Municipal	0,0	0,0	0	0	0,00
Vl. Natal	0,0	0,0	0	0	0,00
Vl. Nova Aparecida	6,7	31,2	5	622	19.864,14
Vl. Nova Uniao	0,0	0,0	0	0	0,00
Vl. Oliveira	0,0	0,0	0	0	0,00
Vl. Paulista	0,0	0,0	0	0	0,00
Vl. Rubens	0,0	0,0	0	0	0,00
Vl. São Francisco	0,0	0,0	0	0	0,00
Vl. São Sebastião	0,0	0,0	0	0	0,00
Vl. Suissa	7,5	26,7	6	235	10.494,08
Vl. Cintra	6,3	29,6	6	404	16.797,10

Tabela de indicadores educacionais 2023

Bairros	IDEB	Média De Alunos Por Turma	INSE	Matrícula	Financiamento
Alto Do Ipiranga	7,1	27,1	5	332,0	16803,00
Aruã	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Barroso	6,6	16,8	5	66,0	10691,00
Beija Flor	5,9	14,0	0	39,0	7.331,00
Bella Cittá	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Biritiba Ussu	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Boa Vista	6,1	25,3	5	210,0	9991,00
Botujuru	6,6	31,2	5	798,0	26542,00
Botuquara	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Braz Cubas	6,4	23,6	5	222,0	24214,50
Capela	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Capixinga	5,7	20,3	5	82,0	37606,00
Caputera	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Centro	6,0	28,8	6	359,0	19607,00
Centro Cívico	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Cezar De Souza	7,0	25,6	5	427,5	29050,00
Chácara Itapeti	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Chácara Santo Ângelo	5,8	20,7	5	161,5	9304,50
Chácara Sao Joaquim	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Chácara Guanabara	6,0	22,7	5	199,0	8201,00
Cj. Do Bosque	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Cj. Jefferson Da Silva	5,6	24,6	5	132,0	8696,00
Cj. Santo Ângelo	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Cj. Sao Sebastiao	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Cocuera	5,7	20,5	5	118,0	44141,00
Colinas Do Paratehy	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Colônia Agrícola Itapeti	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Faz. Capelinha	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Fazenda Rodeio	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Granja Anita	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Itapety	6,6	16,7	5	51,0	35611,00
Jd .Dos Amarais	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Jd. Aeroporto	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Jd. Aracy	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Jd. Camila	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Jd. Das Bandeiras	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Jd. Esperança	6,3	30,9	5	370,0	15.708,00
Jd. Ivete	6,9	29,4	0	444,0	37723,00
Jd. Layr	5,9	31,1	4	767,0	43347,00
Jd. Margarida	6,3	21,7	5	424,0	18418,00
Jd. Marica	6,8	25,1	5	354,0	0,00
Jd. Nove De Julho	6,2	30,4	5	296,0	18433,00

(continuação)

Bairros	IDEB	Média De Alunos Por Turma	INSE	Matrícula	Financiamento
Jd. Piatã	5,7	31,6	5	598,0	24277,00
Jd. Planalto	6,0	28,9	5	0,0	31257,00
Jd. Rubi	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Jd. Santos Dumont	5,5	31,7	5	728,0	48184,50
Jd. Sao Pedro	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Jd. Universo	6,7	24,3	0	0,0	10.391,00
Jundiapeba	6,1	28,6	5	542,0	29989,80
Manoel Ferreira	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Mogi Moderno	6,8	19,9	5	212,5	13407,00
Mogilar	7,3	22,5	5	427,0	41402,00
Nova Bertioga	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Nova Jundiapeba	5,9	30,4	4	650,5	39364,50
Nova Mogilar	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Pedra Branca	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Pindorama	6,4	22,6	5	107,0	12923,00
Pium	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Ponte Grande	0,0	0,0	5	0,0	0,00
Porteira Preta	6,2	33,1	5	654,5	35369,50
Pq. Das Varinhas	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Pq. Monte Libano	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Pq. Morumbi	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Pq. Olímpico	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Pq. Res. Itapeti	6,7	24,9	0	202,0	14268,00
Pq. Santana	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Pq. São Martinho	5,7	25,3	5	280,0	12988,00
Quatinga	5,3	16,9	4	130,0	9076,00
Real Park	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Real Park Tiete	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Res. Cocuera	6,2	24,0	5	197,0	13683,00
Res. Novo Horizonte	5,7	29,3	5	335,0	16003,00
Rio Abaixo	0,0	0,0	4	0,0	0,00
Rio Acima	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Rodeio	6,3	18,2	5	92,0	9.411,00
Sabaúna	7,0	19,0	5	153,0	10371,00
Santa Tereza	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Santo Ângelo	0,0	0,0	0	0,0	0,00
São Bento Do Parateí	6,6	20,6	5	149,5	24029,50
São Joao	7,1	30,1	5	533,0	42772,00
Serra Do Itapeti	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Socorro	6,6	25,1	0	297,0	18278,00
Taboão	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Tabor	5,1	19,0	5	82,0	9.326,00
Taiaçupeba	6,2	26,6	5	289,0	15683,00

(continuação)

Bairros	IDEB	Média De Alunos Por Turma	INSE	Matrícula	Financiamento
Taquaruçu	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Toyama	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Vargem Grande	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Vila Augusta	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Vila Da Prata	7,4	27,8	6	391,0	16423,00
Vila Moraes	0,0	0,0	4	366,0	0,00
Vl. Brasileira	5,7	28,8	5	570,0	38843,00
Vl. Das Orquídeas	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Vl. Industrial	6,2	26,0	5	194,0	20092,00
Vl. Jundiai	6,2	24,3	5	339,0	16770,50
Vl. Lavinia	6,8	25,4	6	331,0	35968,00
Vl. Municipal	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Vl. Natal	6,2	32,8	0	418,0	12418,00
Vl. Nova Aparecida	6,8	28,9	5	595,0	24002,00
Vl. Nova Uniao	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Vl. Oliveira	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Vl. Paulista	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Vl. Rubens	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Vl. Sao Francisco	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Vl. Sao Sebastiao	0,0	0,0	0	0,0	0,00
Vl. Suissa	7,1	26,6	6	228,0	23098,00
Vl. Cintra	6,6	27,4	6	431,0	21782,00